

A CLASSE MÉDIA E O FUTURO DE ANGOLA

Um estudo sobre as classes sociais em Angola

A Classe Média e o
Futuro de Angola

Autor
Francisco Destino

Capa & Diagramação
Lucas Candeia XNoob

Revisão
Franstel Editora

Impressão e Acabamento
Imprimarte

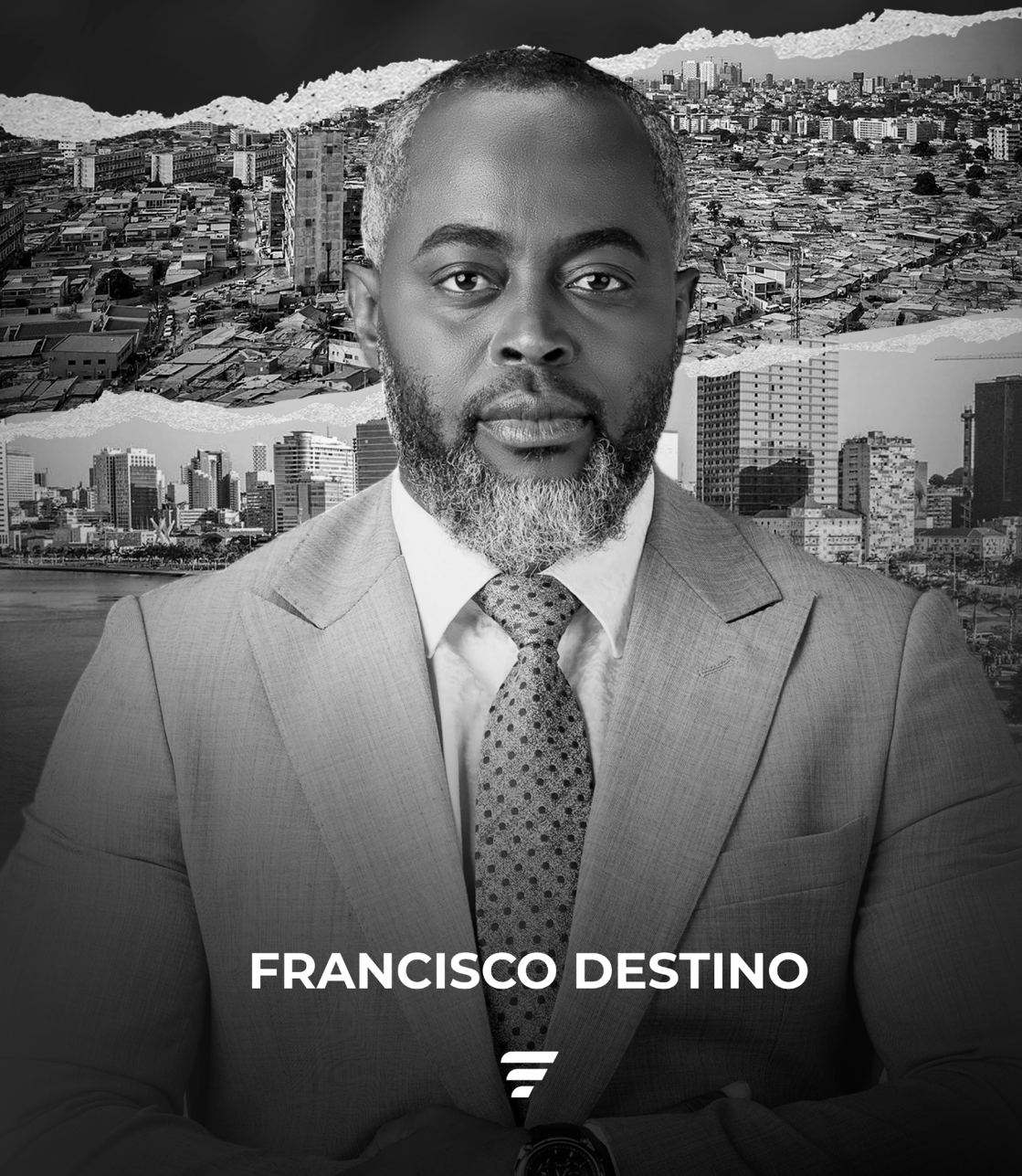
Copyright © 2026
by Francisco Destino
Todos os direitos desta edição
são reservados à Editora Franstel
Editora.

Local: Condomínio Dolce Vita
Tel: (+244) 932 608 125
www.franstelconsulting.com
E-mail: geral@franstelconsulting.com
Local: Condomínio Dolce Vita

Tiragem: 1000 exemplares
Depósito legal: 01561/2026
ISBN: 978-989-33-9174-7

A CLASSE MÉDIA E O FUTURO DE ANGOLA

Um estudo sobre as classes sociais em Angola



FRANCISCO DESTINO



*Dedico este livro ao meu filho Zayan,
cujo olhar diz tudo o que as palavras
ainda não conseguem.*



AGRADECIMENTOS

Este livro nasce de uma inquietação que não é apenas académica, mas profundamente humana. Resulta da necessidade de compreender a sociedade para melhor a servir, de dar nome ao que muitos vivem em silêncio e de transformar análise em consciência. Nada do que aqui se escreve existiria sem pessoas, valores e encontros que moldaram o meu percurso e sustentaram esta reflexão.

Agradeço, antes de tudo, a Deus, pela vigilância constante e pela clareza interior que tantas vezes me impediu de me perder do propósito maior. Num mundo onde o ruído, a pressa e a vaidade desviam facilmente o sentido da missão, essa presença foi âncora e alerta permanente, lembrando-me que estudar a sociedade é um acto de responsabilidade moral e não apenas intelectual.

Aos meus pais, deixo um agradecimento que antecede qualquer construção teórica. Foi através dos seus ensinamentos, da dedicação silenciosa e da protecção espiritual constante que aprendi os fundamentos mais profundos da vida: a dignidade do esforço, o valor da espera, o respeito pelo tempo e a importância do legado. Muito antes de compreender classes sociais, compreendi em casa como se transmitem valores, consciência e estrutura.

À Dra. Teresa Dias, expresso a minha gratidão pela empatia rara e pela vontade genuína de contribuir para que algo maior pudesse emergir. Este laço foi marcado por orientações consistentes sobre a vida, sobre a maturidade necessária para saber esperar

pelo próprio tempo e sobre a responsabilidade de dar sempre o melhor, mesmo quando o reconhecimento não é imediato. Num contexto social onde a impaciência frequentemente substitui o mérito, esse ensinamento é, em si mesmo, profundamente transformador.

Aos meus filhos, Stelvio e Victoria, agradeço pelo lembrete diário do essencial. Nos seus gestos simples reencontro o significado do amor, da presença e do futuro. São eles que me recordam que nenhuma análise social é neutra ou distante, e que pensar a classe média angolana é também pensar o país que estamos a construir para as próximas gerações.

À Vanessa, minha companheira de vida, deixo um agradecimento sereno e profundo. Presente em todos os momentos, soube sempre, com palavras certas e conselhos precisos, acalantar a alma nos períodos de maior tensão. A sua presença foi equilíbrio, lucidez e abrigo, lembrando-me que rigor intelectual não dispensa humanidade.

Ao Professor Doutor José Octávio Serra Van-Dúnem, o meu mais profundo reconhecimento por não hesitar em prefaciар esta obra, consciente de que o seu tema suscita debates intensos no plano científico e social. O seu gesto honra este trabalho e reforça a importância de se pensar a classe média angolana com rigor académico, coragem analítica e responsabilidade pública.

Este livro é, por fim, um agradecimento implícito à classe média angolana tantas vezes invisível, pressionada entre a sobrevi-

vência e a expectativa, entre o esforço contínuo e o reconhecimento adiado. Este estudo procura dar linguagem ao que muitos vivem sem nomear, não para dividir, mas para compreender, esclarecer e responsabilizar.

Que estas páginas despertem consciência, provoquem reflexão e contribuam para um diálogo mais honesto sobre quem somos, onde estamos e para onde queremos ir enquanto sociedade.



RESUMO EDITORIAL

Atravessando as ruas agitadas de Luanda, os corredores das universidades, os pequenos negócios de bairro e os escritórios das grandes empresas, *Classe Média em Angola: Entre a Aspiração e a Realidade* mergulha num dos debates mais pertinentes da actualidade angolana: existe, de facto, uma classe média em Angola? Ou estaríamos diante de uma ilusão estatística e simbólica?

Com uma escrita acessível, mas profundamente embasada em dados e análises sociológicas, o autor Francisco Destino propõe uma leitura crítica sobre o lugar e o papel da classe média emergente na sociedade angolana. A obra investiga não apenas os indicadores económicos que costumam definir esse estrato, mas também as expectativas, fragilidades e contradições que marcam o quotidiano de milhares de cidadãos que aspiram a um futuro mais estável, mas convivem com a precariedade, a informalidade e a insegurança.

Este livro é um convite ao pensamento, à política e à transformação. Destina-se a estudantes, pesquisadores, decisores públicos e a todos os que desejam compreender melhor os desafios estruturais do desenvolvimento social de Angola, a partir da lente de quem vive e pensa o país por dentro.



RESUMO ACADÉMICO

A presente obra investiga o conceito, a constituição e os desafios da classe média em Angola, articulando elementos empíricos, estatísticos e teóricos que sustentam a análise do seu papel na estrutura social e económica do país. Com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco Mundial, PNUD e outras fontes credíveis, o autor analisa a emergência de uma classe intermediária angolana à luz de indicadores de rendimento, consumo, educação e aspirações simbólicas, colocando em debate a sua estabilidade, poder de influência e real capacidade de mobilidade social.

A abordagem metodológica combina revisão bibliográfica e análise de dados secundários, com especial ênfase nos marcos pós-guerra e na reconfiguração do tecido urbano e laboral. A obra levanta questionamentos sobre a delimitação conceptual da classe média em contextos de economias rentistas, como a angolana, e problematiza a fragilidade estrutural que marca os seus modos de vida vulneráveis a choques económicos, instabilidade laboral e limitações no acesso a serviços públicos de qualidade.

O livro é um contributo relevante para a sociologia angolana contemporânea, ao propor uma interpretação situada da classe média não apenas como categoria estatística, mas também como fenómeno social, político e cultural.

Palavras-chave: classe média; Angola; estratificação social; mobilidade; desigualdade; desenvolvimento.



Índice

DEDICATÓRIA.....	5
AGRADECIMENTO.....	7
RESUMO EDITORIAL.....	11
RESUMO ACADÉMICO.....	13
PREFÁCIO.....	19
INTRODUÇÃO.....	22

PARTE I - FUNDAMENTOS E REFERENCIAIS.....26

CAPÍTULO 1 - CLASSES SOCIAIS HOJE: CONCEITOS

E RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA.....	27
1.1. O que são classes sociais no contexto actual?.....	27
1.2. Por que estudar classes sociais hoje?.....	29
1.3. Da teoria à prática: premissas para aplicação no contexto angolano.....	32
1.4. Factores Estruturantes das Classes Sociais em Angola.....	35

CAPÍTULO 2 - TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM ANGOLA.....40

2.1. Introdução às transformações sociais (1975-2025)....	40
2.2. Mudanças nas famílias, juventude e mercado de trabalho.....	42
2.3. Urbanização, consumo e expectativas sociais.....	44
2.4. O papel da juventude e das mulheres na transformação social.....	46

PARTE II - DIAGNÓSTICO SOCIAL DE ANGOLA.....49

CAPÍTULO 3 - PANORAMA SOCIAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES...50

3.1. Realidades urbanas e rurais: diferenças e complementaridades.....50

3.2. Principais grupos sociais e suas dinâmicas.....53

3.3. Percepções, aspirações e oportunidades de mobilidade.....55

CAPÍTULO 4 - A CLASSE MÉDIA EM FORMAÇÃO.....58

4.1. Perfil e trajectória da classe média emergente.....58

4.2. Educação, empreendedorismo e serviços como alavancas.....61

4.3. Como consolidar a classe média como pilar de estabilidade.....70

CAPÍTULO 5 - ELITES E LIDERANÇAS.....73

5.1. Responsabilidade histórica e visão nacional.....73

5.2. Redes de influência, mérito e compromisso com o bem comum.....76

5.3. Caminhos para lideranças económicas e políticas com impacto social.....77

PARTE III - PRIORIDADES PARA UMA AGENDA SOCIAL.....80

CAPÍTULO 6 - INVESTIR NAS PESSOAS.....81

6.1. Mudança de Mentalidades e Inclusão Produtiva.....81

6.2. Formação, Cultura e Inovação Social.....86

6.3. Mobilização do talento nacional em todos os
estratos.....88

CAPÍTULO 7 - MODELO DE TIPIFICAÇÃO SOCIAL PARA ANGOLA....91

7.1. Categorias práticas para mapear realidades sociais..91

7.2. Uso do modelo na formulação de políticas públicas....96

7.3. Exemplo de aplicação com dados disponíveis: como
preencher o modelo de tipificação social e transformá-lo
num instrumento operativo.....99

**PARTE IV - RUMO A UMA POLÍTICA PÚBLICA SOCIALMENTE
INTELIGENTE.....127**

CAPÍTULO 8 - RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS.....128

8.1. Optimização de recursos existentes.....129

8.2. Importância de dados e escuta social na concepção
de programas.....135

8.3. Apostar em mudanças estruturais com base em
inteligência social.....140

CAPÍTULO 9 – CULTURA DE COESÃO, MOBILIDADE E	
ESPERANÇA.....	144
9.1. Fortalecer o sentimento de pertença nacional.....	144
9.2. Educar para responsabilidade, dignidade e mérito..	147
9.3. Comunicação pública como instrumento de alinhamento social.....	149
CONCLUSÃO.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155

PREFÁCIO

Ao receber o convite para escrever o prefácio do livro que tendes em mãos: “A Classe Média e o Futuro de Angola” escrito pelo sociólogo Francisco Destino, agradecido, fiquei com um misto de sensações, por um lado, sentimo-nos felizes por finalmente começarem a surgir trabalhos de reflexão e pesquisa sobre temas transversais à sociedade angolana e, por outro, ansiedade por ler o trabalho procurando ver o quão abarcante seria, ou não, o campo de pesquisa de fundo, do mesmo.

Não ficamos decepcionados, ao contrário, no decorrer da leitura atenta que fizemos, demos conta que o enquadramento do estudo, aqui apresentado, teve o condão de fazer, ainda que de forma sintetizada, uma análise conceptual sobre o que é “Classe Média” e o seu desdobramento sobre dinâmicas sociais.

Em relação à amplitude do estudo, é-nos oferecido a possibilidade de ter um recorte orientado para uma leitura crítica, dinâmica sobre o papel fundamental que a “Classe Média” desempenha na sociedade angolana.

Diria que estamos perante um trabalho que nos oferece um diagnóstico assente em pressupostos que permitem abordar questões inerentes a funcionalidade da “Classe Média” como sejam: *delimitação conceptual da classe média; fragilidade estrutural; vulnerabilidades; instabilidade laboral e limitações no acesso e uso de serviços públicos de qualidade, como nos indica o próprio autor.*

Fazendo um voo rasante, o autor apresenta-nos em quatro partes, que compreendem nove capítulos, a vislumbrar o que se

pode considerar classes sociais hoje, bem como conceitos e relevância estratégica, ligada às transformações sociais em Angola, num período compreendido entre 1975-2025, com um sublinhar particular sobre desafios e potencialidades, seja no meio urbano ou rural.

O presente trabalho analisa e confirma que há uma “Classe Média” em formação, de onde poderão surgir elites e lideranças que terão a responsabilidade de criar um ambiente social saudável, valorizando o mérito e o compromisso com o Bem Comum, desde que haja um investimento nas pessoas, a partir da educação, como prioridade numa agenda social estruturada.

O autor entende o que atrás referimos como pressuposto para caminhar rumo à implementação de políticas públicas concretas, objectivas, que levem em conta a auscultação social, numa óptica de coesão social que permita manter bem viva a chama de pertença e orgulho nacional.

Aqui chegados, podemos adiantar que a referida obra está escrita a partir de estudos e bibliografia recomendada e de referência sobre o tema, e que, não sendo um estudo quantitativo, o autor usou, como suporte, os estudos do Instituto Nacional de Estatística Angolana, o que deixa uma marca importante sobre o tratamento de dados, como pressuposto de fundamentação de uma análise qualitativa, para onde mais se inclina o estudo.

Gostaríamos ainda de referir que a obra ora presente “Classe Média” deixa em aberto, e quiçá, aponta para uma continuação da pesquisa sobre que mecanismos devem existir para que possamos falar de uma “Classe Média” que existindo, como referimos no texto publicado no Observatório Angola (2018) “Dinheiro: valores e

significados, meios de acção e de expressão das Classes Médias” tenha em conta de que se a existência de uma Realidade Suspensa traz consigo incerteza, também é verdade que ela requer força, solidez, segurança e resistência ao tempo.

Enquanto se impõe a mudança de comportamentos, para novos processos, novos consumos, novas aprendizagens, os cidadãos de “Classe Média” ou “Emergente” ganham consciência de que já não dependem somente de si próprios, mas ao invés, precisam de recorrer a sociabilidade de proximidade (familiares ou amigos) ou a um “outro” que sendo Institucional/formal, e se cinja por regras bem definidas, entenda a sua circunstância e tenha agilidade de apresentar, ou mesmo antecipar, novas respostas práticas aos desafios do quotidiano.

Concluimos deixando duas palavras: gratidão e incentivo ao autor, sociólogo Francisco Destino, a primeira por assumir o desafio em navegar em ambiente gelatinoso que o da abordagem das classes sociais, particularmente, na nossa realidade. A segunda, incentivando-o para que esta obra não seja apenas um ponto de chegada, mas de partida para outras reflexões académicas e científicas que respondam a “esperança” sempre presente nos momentos mais inesperados da realidade social e que permitam melhor interpretação de fenómenos sociais do nosso tempo. Um bem haja, recomendamos vivamente a leitura desta obra.

Por José Octávio Serra Van-Dúnem,
*sociólogo, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da
Universidade Agostinho Neto.*

INTRODUÇÃO

“Compreender as Pessoas para Melhorar as Decisões”

Num país como Angola, em pleno processo de modernização social, económica e política, compreender profundamente quem são os angolanos é um imperativo estratégico. A sociedade está em movimento, as aspirações evoluem e as formas de vida transformam-se, criando novos desafios para a governação, para o sector privado e para a sociedade civil. No centro dessas transformações está a classe média, um estrato social que cresce, redefine padrões e introduz novas exigências. Conhecer esta camada é mais do que um exercício académico: é uma necessidade para planear o presente e antecipar o futuro.

As decisões políticas mais eficazes são aquelas que partem do conhecimento real da sociedade. Este livro procura fornecer exactamente essa base: uma leitura clara, embasada e científica da classe média angolana, abordando quem a compõe, quais os seus valores, estilos de vida, posicionamentos sociais e expectativas em relação ao Estado, à economia e à vida colectiva. Ao mapear as dinâmicas desta classe, o autor contribui para uma visão mais estruturada da pirâmide social angolana, oferecendo dados que podem e devem ser usados por decisores públicos e privados, organizações internacionais, centros de pesquisa e universidades.

A sociologia, enquanto ciência que observa e interpreta os fenómenos sociais, tem um papel fundamental na construção de políticas públicas baseadas em evidências. Este livro assume esse papel ao transformar dados e teorias em ferramentas de leitura estratégica da realidade nacional. Não se trata de uma obra meramente descritiva ou especulativa, mas de um exercício de sociologia aplicada que procura oferecer interpretações úteis, didácticas e, acima de tudo, accionáveis. É uma contribuição clara para o debate sobre o papel da ciência na definição de rumos para o desenvolvimento nacional.

A classe média, frequentemente vista como agente de estabilidade económica e de modernização cultural, surge aqui como objecto de estudo e como protagonista do desenvolvimento. Ao longo dos capítulos, o leitor encontrará um percurso analítico que permite compreender as bases de constituição desta classe, as suas fragilidades e potencialidades, bem como as suas relações com o Estado, com o mercado e com os discursos identitários contemporâneos. É uma obra que auxilia líderes a pensar políticas mais justas, a formular estratégias mais eficazes e a estabelecer alianças sociais que impulsionem uma Angola mais inclusiva.

Para alcançar estes resultados, o autor recorreu a uma metodologia predominantemente qualitativa e documental, ancorada na análise de fontes secundárias como relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE), dados do Banco Mundial, documentos do PNUD e outros estudos relevantes sobre a estrutura social e económica angolana. A leitura crítica desses materiais foi comple-

mentada por inferências teóricas com base em autores clássicos e contemporâneos da sociologia, numa articulação entre teoria e realidade que dá solidez ao argumento central da obra. A pesquisa documental foi conduzida com rigor e compromisso com a verdade factual, permitindo uma análise densa, coerente e com aplicabilidade directa em contextos de planeamento e intervenção social.

Justificativa da Obra

A escolha do tema “A Classe Média e o Futuro de Angola” não é arbitrária. Representa o reconhecimento de que esta camada social, embora muitas vezes ignorada ou mal compreendida, desempenha um papel estruturante na dinâmica económica, cultural e política do país. A classe média não apenas consome bens e serviços: ela define padrões, influencia políticas, educa filhos que serão quadros do Estado e do sector privado, e alimenta debates sobre valores, justiça social e identidade nacional.

Num contexto em que o país procura diversificar a sua economia, reduzir as desigualdades e garantir maior estabilidade, torna-se vital compreender quem são, como vivem, o que pensam e o que desejam os angolanos que integram esta franja social em expansão. Esta obra justifica-se, portanto, como uma tentativa inédita de sistematizar esse conhecimento com rigor científico e compromisso prático. Trata-se de um esforço necessário para corrigir a ausência de estudos aprofundados sobre a classe média no espaço lusófono africano e para ajudar o país a planear políticas mais conectadas com a realidade.

O livro tem como objectivo central analisar sociologicamente a composição, o comportamento e os desafios da classe média angolana, identificando os seus traços distintivos, trajetórias de mobilidade e papel na sociedade.

Entre os objectivos específicos, destacam-se:

- Mapear os indicadores económicos, sociais e culturais que delimitam a classe média em Angola;
- Interpretar as percepções, aspirações e frustrações desta camada social em relação ao Estado, à economia e às demais classes;
- Compreender os mecanismos de exclusão e fragilidade que afectam a sustentabilidade da classe média no país;
- Contribuir para o debate académico e político sobre a estrutura social angolana e os caminhos para a justiça e equidade.

A obra organiza-se em nove (9) capítulos, com progressão analítica e pedagógica. Cada capítulo é sustentado por dados concretos, interpretações sólidas e vocação para o uso prático. O leitor encontrará não apenas diagnóstico, mas também possibilidades de acção.

PARTE I

**FUNDAMENTOS
E REFERENCIAIS**

CAPÍTULO 1

CLASSES SOCIAIS HOJE: CONCEITOS E RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA

1.1 - O que são classes sociais no contexto actual?

A noção de *classe social* mantém-se, no século XXI, como uma das ferramentas centrais para compreender a organização das sociedades. Desde Karl Marx (*O Capital*, 1867), que enfatizou a relação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, passando por Max Weber (*Economia e Sociedade*, 1922), que acrescentou dimensões como o *status* e as “chances de vida”, até Pierre Bourdieu (*A Distinção*, 1979), que evidenciou os diferentes capitais-económico, cultural, social e simbólico, a discussão sobre classes continua a moldar a análise sociológica contemporânea. Autores mais recentes, como Erik Olin Wright (*Class Counts*, 1997) e, no contexto africano, Mahmood Mamdani (*Citizen and Subject*, 1996) ou Thandika Mkandawire (*Thinking about Developmental States in Africa*, 2001), reforçam que as hierarquias sociais não desapareceram: transformaram-se, adaptando-se aos processos de globalização e às especificidades históricas de cada país.

Em Angola, falar de classes sociais exige atenção particular ao modo como a herança colonial, a economia petrolífera, a urbanização acelerada e as redes de parentesco redefinem continuamente os limites entre grupos. Não se trata apenas de medir rendimentos: trata-se de perceber como o lugar de nascimento, a rede de relações e o tipo de capital simbólico que se consegue mobilizar influenciam, de forma decisiva, as trajectórias de vida. Um residente num condomínio fechado de Talatona pode, paradoxalmente, partilhar algumas fragilidades com famílias de bairros periféricos, como o acesso irregular à água potável ou a dependência de redes informais para resolver questões burocráticas.

Weber lembraria que “chances de vida” significam mais do que rendimento disponível: incluem as oportunidades educativas, a segurança habitacional e a possibilidade de interagir com instituições que abrem portas. Em Luanda, isso traduz-se em realidades como a de uma criança do Sambizanga, cuja probabilidade de chegar à universidade é afectada por factores estruturais muito antes de iniciar o ensino médio, ou a de um jovem com diploma que, sem capital social relevante, permanece subempregado.

Bourdieu, por sua vez, ajudaria a perceber por que motivo o domínio de certos códigos linguísticos, a afiliação a determinados círculos sociais ou o simples “saber com quem falar” no ministério podem ser tão decisivos quanto a qualificação formal.

Reconhecer estas dinâmicas não é um exercício de crítica estéril, mas um passo necessário para compreender a estrutura

real do país. As classes sociais continuam a organizar expectativas, acessos e limitações e, portanto, a moldar o campo de possibilidades para cada indivíduo. Entendê-las, no contexto angolano, é abrir espaço para políticas mais eficazes, capazes de responder às desigualdades sem ignorar a complexa teia de factores culturais, históricos e económicos que as sustentam. É este conhecimento que permitirá, como se discutirá no ponto seguinte, governar melhor com base na realidade vivida.

1.2 - Por que estudar classes sociais hoje?

O estudo das classes sociais mantém-se não apenas relevante, mas indispensável para compreender as dinâmicas contemporâneas de poder, distribuição de recursos e mobilidade social. Apesar das transformações económicas, políticas e culturais das últimas décadas, as desigualdades continuam a estruturar o acesso a oportunidades e a moldar, de forma persistente, o destino de indivíduos e grupos.

Como observa Erik Olin Wright (1997, p. 12), *“as classes não desapareceram; apenas se reorganizaram em formas mais complexas”*. Essa reorganização manifesta-se na multiplicação de posições sociais intermédias, na diversificação de perfis ocupacionais e na coexistência de lógicas formais e informais de inserção económica.

No caso angolano, o debate sobre as classes sociais adquire contornos específicos. O país vive, desde o início dos anos 2000, um processo simultâneo de crescimento urbano acelerado, diversi-

ficação económica incipiente e transformações estruturais no mercado de trabalho, marcado pela redução relativa do emprego público e pelo aumento do trabalho precário e do autoemprego urbano (INE, 2022). Em cidades como Luanda, Benguela e Lubango, coexistem fenómenos típicos de sociedades em transição:

- Uma **classe média emergente**, com aspirações de consumo, investimento em educação e valorização do estatuto simbólico;
- **Grupos vulneráveis**, excluídos dos circuitos formais da economia e dependentes de estratégias de sobrevivência no sector informal;
- Um vasto **espaço de transição**, caracterizado por estatutos sociais instáveis, altamente susceptíveis a crises económicas, políticas ou sanitárias: como ficou evidente durante a pandemia de COVID-19 (PNUD, 2021).

Estudar as classes sociais hoje significa compreender não apenas onde as pessoas estão na estrutura social, mas como chegaram até ali e quais os mecanismos que condicionam a sua mobilidade. Esta análise requer atenção a factores como:

- **Rendimento e património;**
- **Qualificação profissional e nível de escolaridade;**
- **Capital social** (redes de relações e contactos estratégicos);

- **Capital cultural** (Bourdieu, 1986), incluindo o domínio de línguas estrangeiras e competências valorizadas no mercado global;
- **Territorialidade** (o peso da localização urbana ou rural no acesso a oportunidades).

Autores como Anthony Giddens (1998) e Nancy Fraser (2000) sublinham que qualquer análise contemporânea de classes deve articular-se com outras dimensões estruturantes da desigualdade – género, etnia, idade e pertença territorial – para captar a complexidade real da estratificação social. Esta abordagem multidimensional é particularmente pertinente para Angola, onde o cruzamento entre **história colonial, economia dependente do petróleo e diversidade cultural e linguística** produz padrões próprios de diferenciação e reprodução social.

Mais do que uma operação académica, estudar as classes sociais é **uma ferramenta estratégica** para:

1. **Compreender a sociedade** e os mecanismos que perpetuam desigualdades;
2. **Orientar políticas públicas** de redistribuição, inclusão e mobilidade;
3. **Informar decisões empresariais** sobre mercados, perfis de consumo e estratégias de investimento;
4. **Promover um debate público qualificado** sobre o modelo de desenvolvimento e justiça social que o país pretende adoptar.

Assim, num contexto em que a retórica do crescimento económico nem sempre se traduz em melhoria efectiva das condições de vida, a análise das classes sociais torna-se **um instrumento de diagnóstico e de intervenção**. Ignorá-la significa renunciar à possibilidade de desenhar políticas que promovam uma mobilidade ascendente sustentada, consolidem uma classe média sólida e reduzam a distância entre os grupos mais ricos e os mais pobres, fortalecendo, em última instância, a coesão social e a estabilidade política.

1.3 - Da teoria à prática: premissas para aplicação no contexto angolano

A transposição das teorias clássicas e contemporâneas de classes sociais para o contexto angolano exige um exercício simultâneo de **tradução conceptual** e **adaptação metodológica**. Modelos formulados para interpretar realidades europeias ou norte-americanas — como os de Karl Marx (1867), Max Weber (1922) ou Pierre Bourdieu (1986) — oferecem instrumentos analíticos sólidos, mas não captam de forma integral as especificidades de um país cuja economia continua fortemente dependente de recursos naturais, com assimetrias regionais persistentes e uma história recente marcada pela reconstrução pós-conflito (Oliveira, 2015; Hodges, 2004).

As premissas para esta adaptação são, pelo menos, quatro. Designadamente:

Primeira premissa: O rendimento monetário não é suficiente para definir pertença de classe.

Embora o rendimento seja um marcador central nas abordagens marxistas e weberianas, em Angola o **fluxo monetário formal** muitas vezes não traduz a totalidade dos recursos disponíveis para as famílias. Estudos do *Instituto Nacional de Estatística* (INE, 2022) mostram que parte substancial da sobrevivência quotidiana é assegurada por transferências não monetárias, como a troca de bens, a partilha de alimentos e redes de apoio comunitário.

Consequentemente, a avaliação da posição social deve incluir indicadores como estabilidade e regularidade do rendimento, diversificação das fontes de sustento e acesso a activos duradouros (habitação própria, terrenos, certificações profissionais), que funcionam como garantias contra choques económicos e crises políticas.

Segunda premissa: O papel estruturante do capital social e simbólico. Segundo Bourdieu (1986), as trajectórias de mobilidade não dependem apenas de recursos materiais (*capital económico*), mas também de **redes de relações** (*capital social*) e de **prestígio e reconhecimento** (*capital simbólico*). Em Angola, laços de parentesco, pertença a determinadas associações profissionais, filiação partidária ou religiosa, bem como a inserção em círculos de decisão económica e política, podem acelerar a mobilidade ascendente ou,

inversamente, cristalizar exclusões. Este fenómeno é amplamente documentado em contextos africanos (Mbembe, 2000) e reforça a necessidade de uma leitura que integre não apenas “o que se tem”, mas também “quem se conhece” e “quem o reconhece”.

Terceira premissa: A geografia social como condicionante das oportunidades.

Tal como Weber (1922) conceptualizou nas *chances de vida*, a localização geográfica é um determinante estrutural do acesso a recursos. Em Angola, um jovem residente em Talatona, com acesso a escolas privadas e redes empresariais, enfrenta um horizonte de oportunidades incomparável ao de um jovem em Menongue, Cahama ou Curoca, onde as infra-estruturas são limitadas e os mercados laborais menos diversificados. A **distância física** acumula-se à **distância social**, reforçando desigualdades históricas e criando barreiras adicionais à mobilidade.

Quarta premissa: Novos indicadores nacionais de mobilidade e bem-estar.

As métricas convencionais — rendimento per capita, consumo agregado ou emprego formal — são insuficientes para captar a complexidade da realidade angolana. É necessário incorporar variáveis como segurança alimentar, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos (educação, saúde, transportes), autonomia financeira e capacidade de poupança (INE, 2022; Banco Mundial, 2023).

Sem este alargamento, o diagnóstico social corre o risco de subestimar ou distorcer as desigualdades efectivas, comprometendo a formulação de políticas públicas eficazes.

Portanto, operacionalizar a teoria das classes sociais no contexto angolano implica articular o quadro conceptual internacional com uma leitura situada, enraizada nas particularidades económicas, históricas e culturais do país. Este esforço de síntese crítica permite compreender, com rigor, as dinâmicas de mobilidade, pertença e desigualdade, e oferece uma base empírica para estratégias de desenvolvimento que visem não apenas o crescimento económico, mas a transformação estrutural da sociedade.

1.4 - Factores Estruturantes das Classes Sociais em Angola

A análise das classes sociais no contexto angolano exige a consideração de múltiplos factores estruturantes que, em conjunto, definem a posição dos indivíduos e grupos na hierarquia social. Estes factores vão muito além da mera capacidade económica, envolvendo dimensões como educação, redes de contacto, localização geográfica e até elementos simbólicos de reconhecimento social.

O quadro seguinte sintetiza esses elementos, permitindo visualizar, de forma articulada, como o rendimento, o capital humano, o capital social e cultural, a territorialidade, o sector de inserção económica e as desigualdades de género e idade se combinam para formar padrões específicos de estratificação.

Ao ancorar estes factores em fontes credíveis e consensuais, busca-se oferecer um quadro rigoroso que possa servir tanto de base para o debate académico quanto para a formulação de políticas públicas orientadas para a redução das desigualdades e o fortalecimento da mobilidade social.

Quadro 1: Factores Estruturantes das Classes Sociais em Angola

Factor	Descrição	Impacto na Estrutura Social	Fontes
Rendimento e Património	Diferenças significativas no acesso a salários, lucros, poupança e propriedade.	Determina o poder de consumo, o investimento e a capacidade de acumular riqueza intergeracional.	INE (2022); Banco Nacional de Angola – Relatório Anual (2023)
Qualificação Profissional e Educação	Níveis de escolaridade e competências técnicas obtidas formal ou informalmente.	Aumenta as oportunidades de emprego formal e a mobilidade social ascendente.	UNESCO (2021); INE – Inquérito sobre o Bem-Estar da População (IBEP, 2020)
Capital Social	Redes de contactos, relações de confiança e conexões institucionais.	Facilita acesso a oportunidades de trabalho, negócios e recursos estatais ou privados.	Putnam (2000); PNUD Angola (2021)
Capital Cultural	Conhecimentos, competências linguísticas e hábitos valorizados socialmente.	Influencia a inserção profissional, a ascensão social e o reconhecimento simbólico.	Bourdieu (1986); UNESCO Angola (2022)
Territorialidade	Localização geográfica (urbana, periurbana, rural) e qualidade das infra-estruturas.	Afecta o acesso a serviços básicos, mercados e redes de oportunidade.	INE – Recenseamento Geral da População e Habitação (2014); ONU-Habitat (2020)

Factor	Descrição	Impacto na Estrutura Social	Fontes
Sector de Inserção Económica	Trabalho formal, informal, público, privado ou autoemprego.	Define estabilidade, rendimento e protecção social dos trabalhadores.	OIT (2022); Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS, 2023)
Género e Idade	Diferenças de acesso baseadas no sexo e no ciclo de vida.	Intersecta com outros factores, criando barreiras ou vantagens específicas.	ONU Mulheres (2021); INE – Estatísticas de Género (2022)

Fonte: Elaboração própria

A leitura integrada dos factores apresentados na tabela evidencia que a estrutura de classes em Angola é profundamente marcada por desigualdades persistentes, bem como por espaços de mobilidade e transformação.

O rendimento e o património continuam a ser determinantes centrais, mas a sua influência é modulada por elementos menos tangíveis, como o capital social e cultural, que frequentemente operam como facilitadores ou bloqueadores do acesso às oportunidades. A territorialidade, por sua vez, reforça as disparidades, criando clivagens entre áreas urbanas e rurais, e mesmo entre zonas centrais e periféricas dentro das cidades.

Assim, compreender e intervir sobre as classes sociais em Angola implica actuar de forma simultânea sobre estas diferentes dimensões, não apenas aumentando o rendimento e o emprego formal, como também expandindo redes de confiança, valorizando competências culturais e linguísticas, investindo em infra-estruturas e combatendo discriminações de género e idade. Só uma abordagem multifactorial permitirá construir uma sociedade mais equitativa, coesa e resiliente.

CAPÍTULO 2

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM ANGOLA

2.1 - Introdução às transformações sociais (1975–2025)

As transformações sociais ocorridas em Angola desde 1975 constituem um processo complexo, marcado por mudanças estruturais, rupturas históricas e continuidades culturais. O período pós-independência foi inicialmente caracterizado por um projecto de construção nacional ancorado numa economia centralizada, num forte papel do Estado e numa narrativa de unidade nacional.

Este modelo, embora tenha promovido avanços em sectores como a educação e a saúde, desenvolveu-se num contexto de conflito armado prolongado, que condicionou profundamente as dinâmicas sociais e económicas.

Com o fim da guerra em 2002, abriu-se um ciclo de reconstrução nacional, expansão urbana e reconfiguração do mercado de trabalho. Anthony Giddens (2009) recorda que processos de mudança social acelerada tendem a produzir tanto oportunidades

de mobilidade como novas formas de desigualdade. Em Angola, a estabilidade relativa permitiu investimentos em infra-estruturas, crescimento económico impulsionado pelo petróleo e a emergência de novos actores sociais, entre eles uma classe média ainda em consolidação.

Entretanto, como nota Amartya Sen (1999), o desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento do PIB, mas pela expansão das liberdades e capacidades das pessoas. No caso angolano, embora indicadores macroeconómicos tenham registado melhorias expressivas entre 2004 e 2014, a distribuição dos benefícios permaneceu desigual, com disparidades significativas entre áreas urbanas e rurais e entre diferentes grupos sociais.

No plano cultural, as transformações foram igualmente marcantes. Stuart Hall (1992) lembra que as identidades não são fixas, mas moldadas por contextos históricos e relações de poder. As novas gerações urbanas, fortemente influenciadas por padrões globais de consumo e comunicação, convivem com práticas e valores herdados de contextos tradicionais, criando um mosaico identitário onde coexistem modernidade e ancestralidade.

A trajectória angolana no período 1975–2025, portanto, não é linear. Trata-se de um percurso de adaptações e reinvenções, em que o país respondeu a desafios internos e externos, da guerra à globalização, da economia planificada à economia de mercado – produzindo uma sociedade dinâmica, diversa e em constante transformação. Compreender estas mudanças requer, como afirma

Boaventura de Sousa Santos (2006), um olhar atento às “epistemologias do Sul”, ou seja, formas de conhecimento enraizadas nas experiências concretas das populações, capazes de interpretar a realidade sem depender exclusivamente de modelos produzidos noutros contextos.

2.2 - Mudanças nas famílias, juventude e mercado de trabalho

As famílias angolanas passaram, nas últimas cinco décadas, por um processo de transformação que combina continuidade de elementos culturais tradicionais com adaptações às exigências da vida urbana e às mudanças económicas globais.

O modelo familiar alargado, caracterizado por redes de apoio intergeracional e laços comunitários fortes, embora ainda presente, tem cedido espaço a formas mais nucleares de organização doméstica, sobretudo nas áreas urbanas, onde a mobilidade laboral, as migrações internas e as limitações de habitação influenciam a estrutura familiar.

Segundo Zygmunt Bauman (2003), nas sociedades contemporâneas, as relações humanas tornam-se mais “líquidas”, ou seja, menos fixas e mais adaptáveis às circunstâncias. Esta flexibilidade, embora possa representar liberdade de escolha, em contextos como o angolano também implica fragilidades, como o enfraquecimento das redes de suporte tradicionalmente asseguradas pela família alargada.

A juventude, por sua vez, emerge como um actor central na redefinição das dinâmicas sociais. Pierre Bourdieu (1997) lembra que a juventude é, ao mesmo tempo, um “constructo social” e uma fase biográfica, e que o acesso a oportunidades é fortemente condicionado pela posição social de origem.

Em Angola, tal como em muitos países em desenvolvimento, as trajetórias juvenis são moldadas por factores como a desigualdade territorial no acesso à educação, as oportunidades (ou falta delas) no mercado de trabalho e a crescente influência da cultura global mediada pelas redes sociais.

No campo laboral, a transição de uma economia predominantemente agrícola e petrolífera para uma economia de serviços e comércio alterou de forma significativa o perfil de empregabilidade. Anthony Giddens (2009) aponta que a globalização trouxe não apenas novas oportunidades, mas também riscos acrescidos de precarização do trabalho. No contexto angolano, a expansão do sector informal absorve grande parte da mão-de-obra jovem, funcionando como espaço de sobrevivência e, em alguns casos, de inovação empreendedora.

Estudos recentes de Teresa Cruz e Silva (2018) sublinham que, nas economias africanas em rápida urbanização, a juventude desempenha um papel duplo: é simultaneamente beneficiária e protagonista das mudanças, influenciando padrões de consumo, estilos de vida e novas formas de sociabilidade. Contudo, persistem desafios estruturais desde a formação profissional insuficiente até

à escassez de empregos qualificados que limitam o potencial de transformação dessa energia social em desenvolvimento económico sustentável.

Assim, compreender as mudanças nas famílias, na juventude e no mercado de trabalho angolano exige uma abordagem que considere as interdependências entre cultura, economia e política. É neste entrelaçamento que se definem as possibilidades reais de mobilidade social e de consolidação de uma classe média que seja mais do que aspiracional.

2.3 - Urbanização, consumo e expectativas sociais

O processo de urbanização em Angola, sobretudo nas últimas duas décadas, tem sido um dos fenómenos sociais mais significativos e, ao mesmo tempo, mais desafiadores.

A concentração populacional nas cidades, particularmente em Luanda, decorre não apenas de factores económicos, mas também de dinâmicas históricas associadas ao conflito armado, à busca de oportunidades e às assimetrias de desenvolvimento entre o meio rural e o urbano.

Henri Lefebvre (1970), ao analisar o “direito à cidade”, sublinha que a urbanização não é apenas um processo físico de expansão territorial, mas também uma transformação nas relações sociais, na produção do espaço e nas formas de apropriação dos recursos urbanos. Em Angola, esta expansão deu origem a uma

morfologia urbana heterogénea, onde condomínios fechados coexistem com bairros informais, revelando as múltiplas velocidades do desenvolvimento.

No campo do consumo, a urbanização trouxe novas referências simbólicas e materiais. Pierre Bourdieu (1979) destaca que o consumo é também uma prática de distinção social, em que bens e serviços são usados para afirmar estatutos e identidades. A proliferação de centros comerciais, marcas internacionais e bens de luxo, especialmente nas grandes cidades, reflecte não apenas uma maior oferta de mercado, mas também o papel do consumo como linguagem social. Contudo, como lembra Zygmunt Bauman (2007), a sociedade de consumo tende a criar expectativas crescentes e, muitas vezes, insustentáveis, produzindo frustrações quando o acesso a esses bens é limitado.

A urbanização acelerada também impacta as expectativas sociais. Entre a juventude urbana, o contacto com padrões globais por meio das redes sociais, da música, da moda e do entretenimento fomenta aspirações por estilos de vida muitas vezes distantes da realidade económica. Anthony Giddens (1991) observa que, em sociedades modernas, as identidades são cada vez mais projectos reflexivos, construídos com base em escolhas e expectativas, mas também condicionados por estruturas económicas e culturais.

Em Angola, essas expectativas encontram-se frequentemente tensionadas pela precariedade laboral, pelo custo elevado da habitação e pela insuficiência de serviços públicos de qualidade. Tal

como alerta Amartya Sen (1999), sem a garantia de capacidades reais – acesso à educação, à saúde, à segurança e à participação cívica – as aspirações individuais correm o risco de permanecer como promessas não cumpridas.

Deste modo, compreender a urbanização e o consumo no contexto angolano implica ir além da leitura economicista. É necessário reconhecer que as cidades são espaços de encontro e de conflito, de oportunidades e de desigualdades, de inovação e de exclusão. E, sobretudo, entender que as expectativas sociais que emergem desses espaços moldarão, de forma decisiva, o futuro das relações sociais e das políticas públicas no país.

2.4 - O papel da juventude e das mulheres na transformação social

A juventude e as mulheres representam, em conjunto, a maioria da população angolana e constituem, por isso, um dos pilares mais estratégicos para qualquer processo de transformação social, económica e política do país. Como assinala Manuel Castells (1999), as sociedades em rede são moldadas pela capacidade de mobilização e de inovação das suas forças sociais mais dinâmicas.

Em Angola, essa energia está, em grande parte, nas mãos das novas gerações e das mulheres, cuja participação crescente na educação, no mercado de trabalho e na vida comunitária tem ampliado o potencial de mudança.

Do ponto de vista demográfico, Angola apresenta um perfil particularmente jovem: mais de 60% da população tem menos de 25 anos (INE, 2024). Essa juventude, quando devidamente capacitada e integrada, constitui um activo estratégico para o desenvolvimento sustentável. No entanto, como observa Amartya Sen (1999), a transformação exige que as capacidades individuais sejam efectivamente expandidas por meio de educação de qualidade, acesso à saúde, oportunidades económicas e participação cívica.

As mulheres, por sua vez, desempenham um papel central tanto na economia formal como na informal. Estudos de Ester Boserup (1970) demonstram que, em contextos de países em desenvolvimento, a participação feminina na economia é determinante para o aumento da produtividade e para a redução da pobreza. Em Angola, a presença marcante das mulheres em actividades de comércio, agricultura e serviços, associada ao seu crescente acesso ao ensino superior, revela um capital humano que, quando reconhecido e valorizado, pode acelerar a diversificação económica e o fortalecimento das estruturas sociais.

É igualmente necessário considerar as barreiras persistentes. No caso dos jovens, a transição escola-trabalho continua a ser um desafio marcado por níveis de desemprego e subemprego que limitam a mobilidade social. Para as mulheres, questões como o acesso desigual a cargos de liderança, a sobrecarga de responsabilidades domésticas e a persistência de estereótipos culturais ainda condicionam a sua plena participação.

Uma estratégia nacional de transformação deve, portanto, integrar políticas activas de promoção da empregabilidade juvenil, incentivo ao empreendedorismo e apoio a iniciativas lideradas por jovens. No caso das mulheres, é fundamental consolidar programas de igualdade de género, mecanismos de protecção contra discriminação e violência, e oportunidades de formação que lhes permitam competir em igualdade de condições em sectores estratégicos como tecnologia, energia e gestão pública.

A literatura contemporânea, de autores como Naila Kabeer (2012) e Sakiko Fukuda-Parr (2019), sublinha que a verdadeira inclusão não se limita a criar vagas ou abrir portas; exige remover barreiras estruturais e culturais. Em Angola, isso significa investir em programas integrados que articulem educação, mercado de trabalho e participação política, garantindo que juventude e mulheres não sejam apenas beneficiárias, mas também protagonistas das decisões que moldam o futuro colectivo.

Assim, promover o papel da juventude e das mulheres na transformação não é apenas uma questão de justiça social, mas uma escolha estratégica para construir um país mais competitivo, resiliente e coeso. Como recorda Kofi Annan (2006), “nenhuma sociedade pode florescer quando metade da sua população é marginalizada e a outra metade não tem oportunidades para realizar o seu potencial”.

PARTE II
DIAGNÓSTICO
SOCIAL DE ANGOLA

CAPÍTULO 3

PANORAMA SOCIAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

3.1 - Realidades urbanas e rurais: diferenças e complementaridades

O estudo da realidade social angolana exige compreender a profunda interação e, muitas vezes, tensão entre as dinâmicas urbanas e rurais. Desde a independência, em 1975, o país conheceu um processo acelerado de urbanização, impulsionado por factores como a guerra civil, a centralização administrativa e as oportunidades económicas concentradas nas cidades. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), mais de 65% da população vive actualmente em áreas urbanas, um salto expressivo face às décadas anteriores. No entanto, este crescimento não apagou a importância económica, cultural e social das zonas rurais.

Uma primeira diferença estrutural reside no acesso a serviços essenciais. Nas áreas urbanas, embora persistam desigualdades internas marcantes como as que separam Talatona do Cazenga ou

o centro do Lubango das zonas periféricas a presença de escolas, hospitais, redes de transporte e infraestruturas básicas é relativamente maior. No meio rural, por contraste, a dispersão geográfica, a escassez de recursos e a menor densidade populacional dificultam a provisão de serviços, perpetuando ciclos de exclusão. Weber (1922), no conceito de *chances de vida*, ajuda a compreender como essas condições iniciais moldam as trajetórias individuais e coletivas.

Outro elemento diferenciador é a **estrutura económica**. Nas cidades, o sector dos serviços e a economia formal, incluindo comércio, banca, telecomunicações e administração pública, assumem peso dominante. Já no campo, a agricultura de subsistência, a pecuária e actividades extractivas continuam a ser a base de sustento, frequentemente complementadas por trocas não monetárias e redes de solidariedade comunitária. Pierre Bourdieu (1986) permite-nos interpretar estas diferenças à luz do *capital económico, social e cultural*, evidenciando como os recursos e contactos disponíveis em cada espaço condicionam o acesso a oportunidades.

Contudo, reduzir esta relação a uma oposição simplista entre “moderno” urbano e “tradicional” rural seria perder de vista as complementaridades. As áreas rurais abastecem os centros urbanos com alimentos, matérias-primas e mão-de-obra, enquanto as cidades oferecem mercados, tecnologia e serviços especializados que podem potenciar o desenvolvimento rural. Amartya Sen (1999), ao discutir o desenvolvimento como expansão de liberdades reais, recorda que a interdependência entre territórios deve ser orientada

para aumentar as capacidades de escolha e acção de todos os cidadãos, independentemente do local de residência.

Também importa sublinhar que as **fronteiras entre urbano e rural são cada vez mais fluidas**. O avanço das telecomunicações, a melhoria das vias de transporte e a circulação constante de pessoas para comércio, estudos ou trabalho sazonal criam espaços híbridos, onde práticas e identidades se misturam. Um jovem do Huambo pode hoje estudar online com colegas de Luanda, enquanto mantém uma ligação activa à agricultura familiar, exemplificando o que Anthony Giddens (1991) chamou de “modernidade reflexiva”.

Em síntese, compreender as diferenças e complementaridades entre realidades urbanas e rurais é essencial para formular políticas públicas que não apenas corrijam desigualdades, mas que aproveitem as sinergias entre territórios. Reconhecer que o desenvolvimento nacional passa tanto pela dinamização das cidades quanto pelo fortalecimento do campo é um passo decisivo para um modelo de crescimento inclusivo, sustentável e territorialmente equilibrado.

3.2 - Principais grupos sociais e suas dinâmicas

A estrutura social de Angola, embora marcada por especificidades históricas e culturais, apresenta divisões que podem ser analisadas a partir de referenciais clássicos das ciências sociais. Marx (1867) e Weber (1922) forneceram categorias fundacionais para a compreensão das classes, enquanto autores contemporâneos, como Erik Olin Wright (2015) e Jessé Souza (2018), ajudam a traduzir essas tipologias para realidades mais complexas e fluidas. No caso angolano, é fundamental articular tais perspectivas com a experiência de uma economia em transição, profundamente influenciada pela urbanização, pelo sector petrolífero e por redes de solidariedade tradicionais.

De forma sintética, podemos identificar quatro grandes grupos com relevância analítica:

1. **Elites económicas e políticas** – Constituídas por um núcleo restrito de indivíduos e famílias com acesso privilegiado a recursos, redes de influência e posições de tomada de decisão. Este grupo concentra significativo capital económico, político e simbólico, desempenhando papel central na definição de políticas e na orientação dos investimentos estratégicos. Segundo Bourdieu (1986), trata-se de um segmento onde o capital social e simbólico é tão determinante quanto o económico, influenciando decisivamente a mobilidade e o poder de agenda.

2. **Classe média emergente** – Embora heterogénea, este grupo caracteriza-se por rendimento relativamente estável, acesso a bens de consumo duráveis, maior nível de escolaridade e aspirações de mobilidade ascendente. Muitos de seus membros actuam nos sectores de serviços, administração pública, empreendedorismo e profissões liberais. Tal como sugere Birdsall (2010), uma classe média sólida pode funcionar como “pilar de estabilidade” para sociedades em desenvolvimento, sendo simultaneamente consumidora, contribuinte e promotora de inovação.
3. **Trabalhadores urbanos de baixa renda** – Com presença marcante nos mercados informais, transportes, construção civil e serviços domésticos, este grupo é caracterizado por rendimentos instáveis, baixa protecção social e limitado acesso à habitação de qualidade. A vulnerabilidade económica tende a ser agravada pela ausência de redes formais de crédito e de segurança social, o que dificulta trajectórias consistentes de mobilidade social.
4. **População rural e comunidades tradicionais** – Predominantemente ligadas à agricultura de subsistência, pecuária e actividades de pequena escala, estas comunidades mantêm laços de solidariedade e práticas culturais que desempenham papel central na coesão social. Apesar dos desafios associados à pobreza multidimensional, o meio rural também preserva recursos culturais e naturais estratégicos para a sustentabilidade nacional.

As dinâmicas entre esses grupos são moldadas por factores estruturais como políticas públicas, ciclos económicos, variações nos preços internacionais do petróleo e mudanças demográficas. Além disso, as interacções entre elites e classe média emergente, seja por via de relações de trabalho, consumo ou educação, têm impacto directo na circulação de recursos e oportunidades. Já a mobilidade dos trabalhadores urbanos e da população rural depende, em grande medida, da ampliação do acesso à educação, da diversificação económica e da redução das desigualdades territoriais.

Em Angola, compreender tais dinâmicas não é apenas um exercício descritivo, mas uma necessidade estratégica. Uma análise clara das inter-relações e tensões entre grupos sociais fornece subsídios para políticas públicas capazes de promover coesão, reduzir disparidades e maximizar o potencial de cada segmento para o desenvolvimento sustentável do país.

3.3 - Percepções, aspirações e oportunidades de mobilidade

As percepções sobre mobilidade social em Angola combinam indicadores objectivos com expectativas subjectivas, sendo moldadas por factores como localização geográfica, ciclo económico e contexto geracional. Conforme argumenta Sen (1999, p. 87), o desenvolvimento está intimamente ligado à expansão das “liberdades substantivas”, isto é, à capacidade efectiva de as pessoas definirem e concretizarem o seu próprio projecto de vida.

O perfil demográfico do país reforça a centralidade desse debate: cerca de 64% da população angolana tem menos de 25 anos, evidenciando um capital humano jovem e potencialmente transformador (UNFPA, 2023). Além disso, 68,4% da população vive em áreas urbanas (INE, 2023), o que concentra aspirações, pressões sociais e desafios infraestruturais nas cidades.

As aspirações mais frequentemente observadas em estudos sociológicos e inquéritos nacionais incluem:

1. **Educação de qualidade**, vista como principal via de ascensão social (INE, 2022);
2. **Emprego estável e formal**, associado à segurança económica e à projecção de futuro (Banco Mundial, 2021);
3. **Habitação segura e adequada**, como símbolo de estabilidade e dignidade (PNUD, 2022);
4. **Participação social e política**, especialmente entre jovens urbanos (Ferreira, 2020);
5. **Reconhecimento social e prestígio**, ligado ao conceito de capital simbólico (Bourdieu, 1986).

No espaço urbano, a proximidade com mercados de consumo globalizados, o acesso (ainda desigual) às tecnologias de informação e a visibilidade de estilos de vida de referência ampliam as expectativas por padrões de conforto, mobilidade e realização pessoal. Já nas zonas rurais, as aspirações centram-se em **acesso a**

serviços básicos: água potável, saúde, educação e segurança alimentar – elementos que, na perspectiva de Sen (1999), ampliam o conjunto de “capacidades” efectivamente disponíveis.

As oportunidades reais de mobilidade dependem de variáveis estruturais como:

- Expansão e qualidade da educação, incluindo ensino técnico-profissional;
- Diversificação económica para além do petróleo e do sector informal (Banco Mundial, 2022);
- Melhoria da conectividade física e digital entre províncias;
- Protecção social capaz de mitigar os efeitos de crises económicas (PNUD, 2022);
- Reforço institucional para promover meritocracia e inclusão.

A percepção de que a mobilidade é possível, ainda que gradual – tende a reforçar a coesão social e a confiança nas instituições. Em contrapartida, quando prevalece a crença de que o sucesso depende de redes de parentesco ou acesso privilegiado a recursos e cargos, instala-se um sentimento de frustração colectiva, que pode comprometer a estabilidade social.

CAPÍTULO 4

A CLASSE MÉDIA EM FORMAÇÃO

4.1 - Perfil e trajectória da classe média emergente

A noção de classe média em Angola não é apenas uma categoria económica; é também um constructo sociocultural em permanente redefinição, resultante da interacção entre variáveis históricas, políticas e simbólicas. Embora a literatura internacional, como a de Easterly (2001) e Birdsall (2010), aponte a classe média como catalisadora de estabilidade política e de crescimento económico sustentado, no contexto angolano esta função estruturante ainda se encontra em processo de consolidação.

O período que se segue à independência em 1975 não favoreceu o florescimento de uma classe média robusta. O modelo económico centralizado e a prolongada guerra civil (1975 – 2002) limitaram a mobilidade social, comprimindo a estrutura ocupacional e restringindo o acesso a bens duradouros, educação de qualidade e rendimentos estáveis. Apenas após o fim do conflito, com a liberalização económica e o boom petrolífero (2002 – 2014), surgem as condições para a formação de um segmento social com padrões de

consumo diferenciados, maior diversificação ocupacional e capacidade de investimento em capital humano.

Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento (2022), cerca de **21% da população angolana** pode ser classificada como classe média segundo critérios africanos, definida por rendimentos diários entre **4 e 20 USD** em paridade de poder de compra. Contudo, dentro desse universo, é necessário distinguir entre uma *classe média consolidada* e uma *classe média flutuante* (ou vulnerável), sendo esta última fortemente dependente da estabilidade macroeconómica e exposta a choques externos, como a queda abrupta do preço do petróleo em 2014 e a recessão subsequente.

Em Angola, o rendimento monetário, embora central, não constitui o único marcador de pertença à classe média. Elementos como:

- Habitação própria de qualidade (geralmente em áreas urbanas formalizadas);
- Emprego formal com benefícios sociais;
- Acesso à educação privada ou de elevado padrão para os filhos;
- Capacidade de poupança e investimento em activos (imobiliário, negócios, formação profissional).

Estes factores devem ser considerados em conjunto com a posse de *capital social* e *capital simbólico*, nos termos de Bourdieu (1986). Em Luanda, por exemplo, redes profissionais

e relações institucionais desempenham um papel decisivo no acesso a oportunidades de carreira, podendo compensar limitações de rendimento monetário. Já em províncias menos urbanizadas, o prestígio social e o envolvimento em organizações comunitárias podem ter peso relativo maior.

A geografia da classe média angolana é desigual. Luanda concentra mais de metade desse segmento, enquanto cidades como Benguela, Lubango e Huambo emergem como polos secundários. As províncias mais periféricas, como Cuando Cubango, Cunene ou Lunda Norte, apresentam uma classe média incipiente, frequentemente ligada à função pública e ao comércio de pequena e média escala. Esta assimetria reproduz o que Weber (1922) descreve como *chances de vida*, em que a localização espacial influencia directamente as trajectórias de mobilidade.

O ciclo de expansão económica pós-guerra gerou oportunidades de ascensão rápida, mas a recessão e a inflação dos últimos anos evidenciaram a fragilidade de muitos destes percursos. O PNUD (2022) aponta que uma parte considerável da população que ascendeu à classe média entre 2005 e 2014 viu o seu rendimento real contrair-se, regressando a padrões de consumo típicos da classe trabalhadora. Esta volatilidade confirma a necessidade de políticas de estabilização de rendimento, diversificação económica e fortalecimento da segurança social.

Consolidar a classe média angolana é mais do que um objectivo económico: é um imperativo de coesão social. Experiências comparadas, como a da Malásia e do Botswana, mostram que uma classe média sólida tende a apoiar reformas institucionais, exigir maior transparência e investir de forma sustentável no capital humano, criando um ciclo virtuoso entre desenvolvimento económico e estabilidade política (Birdsall, 2010; BAD, 2021). No caso de Angola, esta consolidação passa por reduzir a dependência do petróleo, ampliar as oportunidades de emprego qualificado e reforçar o acesso universal a serviços públicos de qualidade.

4.2 - Educação, empreendedorismo e serviços como alavancas

O fortalecimento da classe média angolana depende, em larga medida, da capacidade do país em articular três vectores estruturantes: **educação, empreendedorismo e sector de serviços**. Estes não apenas determinam a inserção ocupacional e o rendimento, mas também moldam a capacidade de adaptação a mudanças económicas e tecnológicas.

A teoria do capital humano, amplamente desenvolvida por Schultz (1961) e Becker (1993), sustenta que o investimento em educação eleva a produtividade e amplia as oportunidades de mobilidade social. No caso angolano, este princípio é evidente: o Relatório de Estatísticas Educacionais do INE (2023) indica que indivíduos com ensino superior completo têm rendimentos mé-

dios até 3,4 vezes superiores aos de indivíduos com apenas o ensino secundário.

No entanto, persistem desigualdades territoriais significativas. Enquanto em Luanda 27% da população adulta completou o ensino superior, nas províncias do Cuando Cubango e do Cuanza Sul essa taxa não ultrapassa 6% (INE, 2023). A ausência de instituições de ensino superior e técnico de qualidade fora dos grandes centros urbanos limita o alcance da educação como motor de mobilidade.

A expansão de cursos técnicos e de programas de qualificação profissional adaptados às necessidades regionais, como energias renováveis, agroindústria e logística, constitui uma via para democratizar oportunidades e diversificar a base produtiva.

O empreendedorismo por seu turno, quando sustentado por políticas adequadas de crédito, formação e acesso a mercados, é um dos mais poderosos mecanismos de ascensão económica. Em Angola, segundo dados do Relatório GEM Angola (Global Entrepreneurship Monitor, 2022), 42% dos adultos manifestam intenção de iniciar um negócio próprio, percentual acima da média africana (38%). Todavia, apenas 18% desses projectos sobrevivem além dos três primeiros anos, revelando fragilidades na gestão, no acesso a financiamento e na integração em cadeias de valor formais.

A classe média emergente encontra no empreendedorismo não apenas uma alternativa ao emprego formal limitado, mas também um canal para diversificação de rendimentos e construção de património. No entanto, sem uma rede de suporte institucional e

sem políticas fiscais e regulatórias mais favoráveis, este potencial tende a ser subaproveitado.

Experiências de países como Ruanda e Maurícia mostram que incubadoras de empresas, parcerias público-privadas e programas de mentoria empresarial têm impacto directo na taxa de sobrevivência e escalabilidade de pequenos negócios (AfDB, 2021).

O sector de serviços representa já mais de 54% do PIB angolano (INE, 2023) e constitui o principal espaço de absorção de mão-de-obra qualificada e semiquificada. Comércio, telecomunicações, finanças, turismo e serviços profissionais (consultoria, advocacia, saúde, educação privada) concentram a maioria das ocupações da classe média.

A diversificação e sofisticação deste sector é fundamental para reduzir a dependência do petróleo e criar empregos de qualidade. Países que conseguiram consolidar uma classe média robusta, como Botswana e Cabo Verde, investiram fortemente na capacitação da força de trabalho e na criação de um ecossistema empresarial que valoriza serviços de alto valor agregado.

No caso de Angola, a expansão dos serviços digitais – desde *fintechs* a plataformas de comércio electrónico – oferece oportunidades para inclusão económica, especialmente para jovens empreendedores, desde que acompanhada por investimentos em infraestrutura tecnológica e políticas de inclusão digital.

Educação, empreendedorismo e serviços não são pilares isolados, mas engrenagens interdependentes. Um sistema educativo eficaz fornece a base de competências para o empreendedorismo; o empreendedorismo alimenta a inovação e a expansão de novos serviços; e o crescimento do sector de serviços retroalimenta a procura por educação de qualidade e por competências especializadas.

Conforme destaca Sen (1999), o desenvolvimento humano e a expansão das liberdades substantivas dependem de criar um círculo virtuoso onde capacidades e oportunidades se reforçam mutuamente. Para Angola, esse círculo passa inevitavelmente por fortalecer esses três vectores de forma simultânea, articulada e territorialmente equilibrada.

A compreensão do perfil e da trajectória da classe média em Angola exige uma análise que vá além da simples medição do rendimento. Este segmento social encontra-se em processo de formação e consolidação, marcado por avanços educacionais, maior inserção em sectores de serviços e indústria, e crescente diversificação das fontes de rendimento. O quadro apresentado sintetiza as principais características desta classe emergente e os factores que actuam como motores para a sua expansão sustentável – desde a urbanização e o empreendedorismo até ao acesso a activos duradouros como habitação e educação superior. Mais do que um retrato estático, trata-se de um mapa das dinâmicas que moldam o potencial estabilizador e transformador da classe média angolana.

Quadro 2: Quadro sobre o Perfil, trajectória e motores de consolidação da classe média angolana

Dimensão	Características e Tendências	Indicadores/Dados	Observações Relevantes
Perfil socioeconómico	Predominância de trabalhadores qualificados no sector público e privado; pequenos e médios empresários; profissionais liberais	Rendimento mensal estimado entre 250 mil e 1,5 milhões Kz (INE, 2023)	Fortemente concentrada em centros urbanos como Luanda, Benguela, Huíla e Huambo
Trajectória histórica	Expansão significativa pós- 2002 (fim da guerra); crescimento ligado ao boom petrolífero (2004 – 2014) e subsequente diversificação parcial	Taxa média de crescimento do PIB: 11,1% (2002–2008); desaceleração pós 2014 (Banco Nacional de Angola, 2022)	Forte vulnerabilidade a choques económicos e inflação
Educação como motor	Aumento da escolarização média; crescimento do ensino superior privado e público	Taxa de escolarização no ensino superior: 12,5% em 2021 (MINED, 2022)	Desafios na qualidade e alinhamento entre formação e mercado de trabalho
Empreendedorismo	Emergência de pequenas e médias empresas nos sectores de comércio, serviços e tecnologia	39% dos negócios formais são PME (MAPTSS, 2023)	Obstáculos: acesso limitado a crédito, burocracia e carga fiscal

Serviços	Expansão dos sectores de telecomunicações, banca, educação e saúde privados	Acesso à internet: 36% da população (INE, 2023)	Sector de serviços é um dos principais empregadores urbanos
Desafios estruturais	Desigualdades regionais, fragilidade das redes de protecção social, dependência de sectores voláteis	Índice de Gini: 0,54 (PNUD, 2022)	Necessidade de diversificação económica e fortalecimento institucional
Oportunidades	Crescente classe consumidora; potencial para inovação e digitalização; integração nos mercados regionais da SADC	Participação em cadeias de valor regionais em crescimento	Pode actuar como pilar de estabilidade económica e social

Fonte: Elaboração própria

A análise do perfil e dos motores de consolidação da classe média revela que a sua sustentabilidade depende de um triplo alicerce: rendimento estável e diversificado, capital humano qualificado e integração plena nas redes económicas e institucionais. Sem o fortalecimento simultâneo destes pilares, corre-se o risco de manter uma classe média frágil, vulnerável a choques económicos e dependente de factores conjunturais. O desafio, portanto, reside em criar um ambiente político, económico e social que permita a consolidação desta camada como verdadeiro pilar de estabilidade e motor de mobilidade ascendente.

Quadro 3: Indicadores quantitativos da classe média angolana (2021 – 2024)

O diagnóstico da classe média angolana não pode prescindir de um conjunto sólido de indicadores quantitativos, que permitam compreender a sua dimensão, evolução e vulnerabilidades. Os dados apresentados no quadro foram recolhidos a partir de fontes primárias e consensuais – como o Banco Mundial, a OIT, o INE e organismos especializados – e cobrem dimensões estruturais: urbanização, mercado de trabalho, educação, rendimento, acesso a serviços, digitalização e condições habitacionais.

Estes indicadores funcionam como um termómetro objectivo para aferir o peso real da classe média e a sua capacidade de se consolidar num contexto de desigualdades históricas e assimetrias regionais.

Indicador	Valor	Fonte
População total	35,5 milhões (2023)	INE – Projeções Demográficas
População urbana	66% (2023)	INE – Relatório Estatístico
Estimativa da classe média	18–22% da população (2023)	Banco Mundial – World Development Indicators

Rendimento mensal estimado da classe média	250.000 a 1.500.000 Kz	INE – Inquérito sobre Despesas e Receitas
Taxa de escolarização no ensino secundário	38% (2022)	MINED – Estatísticas Educacionais
Taxa de escolarização no ensino superior	12,5% (2021)	MINED – Estatísticas Educacionais
Participação das PME na economia formal	39% dos negócios formais (2023)	MAPTSS – Relatório PME
Acesso à internet	36% da população (2023)	INE – TIC e Sociedade
Índice de Gini	0,54 (2022)	PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano
Taxa de desemprego global	30,2% (2023)	INE – Inquérito ao Emprego
Taxa de desemprego jovem (15–24 anos)	54,3% (2023)	INE – Inquérito ao Emprego
Crescimento médio anual do PIB (2002– 2008)	11,1%	BNA – Séries Históricas

Crescimento médio anual do PIB (2015– 2022)	0,9%	BNA – Séries Históricas
Inflação anual	19,8% (2023)	BNA – Boletim Económico

Fonte: Elaboração própria

A leitura integrada dos indicadores quantitativos revela um quadro misto: se, por um lado, há sinais claros de modernização urbana, crescimento do sector dos serviços e progressos no acesso à educação, por outro persistem desafios significativos como a informalidade, as elevadas taxas de pobreza e a limitada penetração digital. Estes dados reforçam a necessidade de políticas públicas consistentes e orientadas por evidências, capazes de reduzir vulnerabilidades estruturais e acelerar a transição de uma classe média em formação para uma classe média consolidada, resiliente e socialmente inclusiva.

4.3 - Como consolidar a classe média como pilar de estabilidade

A consolidação da classe média como pilar de estabilidade em Angola exige uma abordagem sistémica que articule políticas públicas consistentes, crescimento económico inclusivo e fortalecimento das instituições sociais. Mais do que um segmento com determinado nível de rendimento, a classe média representa, quando consolidada, uma força moderadora e promotora de coesão social, capaz de sustentar reformas económicas, estimular a inovação e favorecer a governabilidade democrática.

Seguindo estudos como os de Birdsall (2010) sobre o papel da classe média nos países em desenvolvimento, e de Banerjee & Duflo (2008) sobre a sua importância para a mobilidade social, é possível delinear cinco eixos estruturantes para essa consolidação:

1. Estabilidade macroeconómica e previsibilidade política

Uma classe média robusta necessita de um ambiente macroeconómico estável, com inflação controlada, taxa de câmbio previsível e crescimento económico sustentado. A previsibilidade das regras do jogo, desde a tributação até ao investimento privado, reduz a incerteza e encoraja investimentos familiares de longo prazo, como compra de habitação, poupança e educação.

2. Expansão e qualidade da educação

A educação é o motor mais consistente da mobilidade social. Programas que ampliem o acesso ao ensino secundário e superior, com qualidade e pertinência para o mercado de trabalho, aumentam a empregabilidade e a capacidade de inovação da classe média. O reforço do ensino técnico-profissional, em particular, pode absorver jovens em áreas estratégicas, reduzindo a vulnerabilidade ao desemprego.

3. Promoção do empreendedorismo e diversificação económica

Uma classe média estável não pode depender exclusivamente do emprego público ou de sectores voláteis como o petróleo. Incentivar o empreendedorismo, com linhas de crédito acessíveis, incubadoras de negócios e simplificação administrativa, é fundamental para criar novas fontes de rendimento e estimular sectores como agro-indústria, turismo, economia digital e serviços especializados.

4. Protecção social e segurança financeira

Seguros de saúde, fundos de pensão e mecanismos de protecção contra choques económicos fortalecem a resiliência da classe média. A ausência desses instrumentos pode fazer com que famílias retornem à vulnerabilidade após crises económicas ou problemas de saúde. Programas de inclusão financeira, apoiados por políticas de literacia financeira, são essenciais para ampliar o acesso a produtos financeiros formais.

5. Infra-estruturas e serviços públicos de qualidade

O acesso regular a água potável, energia eléctrica, transporte eficiente, internet de banda larga e serviços de saúde confiáveis reduz custos indirectos, aumenta a produtividade e liberta recursos para investimento e poupança. A qualidade das infra-estruturas também influencia directamente o valor patrimonial de activos familiares, como habitação.

Portanto, consolidar a classe média angolana como pilar de estabilidade não é apenas uma meta económica, mas um projecto nacional de longo prazo. Implica coordenar políticas fiscais, educativas, produtivas e sociais de forma integrada, garantindo que o crescimento não se concentre em poucos sectores nem beneficie apenas uma elite restrita. Uma classe média forte é um activo estratégico: sustenta o consumo interno, legitima reformas e contribui para a estabilidade política e social – factores indispensáveis para o desenvolvimento sustentável de Angola.

CAPÍTULO V

ELITES E LIDERANÇAS

5.1 - Responsabilidade histórica e visão nacional

A compreensão do papel das elites na construção de uma visão nacional exige reconhecer que as lideranças angolanas actuam num contexto profundamente marcado pela história recente – um longo período de conflito armado, seguido por uma reconstrução acelerada e desigual. Tal como Max Weber (1922) sublinhou no conceito de *responsabilidade ética*, liderar implica assumir não apenas os resultados imediatos das decisões, mas também os seus efeitos de longo prazo sobre o tecido social, cultural e político.

No caso de Angola, a responsabilidade histórica das elites pode ser analisada em três planos interdependentes: económico, social e cultural-simbólico. Esses planos não existem isoladamente, mas articulam-se num mesmo campo de forças que condiciona as possibilidades de desenvolvimento.

- **Plano económico:** A economia angolana mantém uma forte dependência estrutural dos recursos naturais, es-

pecialmente do petróleo, cuja volatilidade no mercado internacional condiciona a formulação de políticas de diversificação produtiva. O *Relatório Económico de Angola* (CEIC, 2023) mostra que, entre 2010 e 2022, mais de 85% das exportações permaneceram concentradas no sector petrolífero. Esta configuração revela uma vulnerabilidade persistente, exigindo uma liderança capaz de transformar a riqueza de base extractiva em investimento produtivo, inovação tecnológica e desenvolvimento regional equilibrado. Aqui, a perspectiva de Amílcar Cabral (1974) sobre a “libertação económica como continuação da libertação política” mantém actualidade: sem autonomia produtiva, a independência nacional permanece incompleta.

- **Plano social:** As elites enfrentam o desafio de reduzir desigualdades históricas e estruturais que atravessam o país. O *Inquérito de Indicadores Múltiplos* (INE, 2021) revela que a taxa de pobreza multidimensional ultrapassa 60% nas áreas rurais, contra 24% nas zonas urbanas. Esta disparidade não é apenas um dado estatístico: é um marcador de exclusão e um teste à capacidade das lideranças de formular políticas redistributivas que vão além da retórica. Achille Mbembe (2016) alerta que, em muitas sociedades africanas, a modernização económica sem modernização social cria “zonas de abandono”, onde populações inteiras permanecem fora dos benefícios do crescimento.

- **Plano cultural e simbólico:** Para além do económico e do social, a construção de uma visão nacional sólida requer o fortalecimento do capital simbólico, que, como Pierre Bourdieu (1986) define, corresponde ao prestígio, legitimidade e reconhecimento social das instituições e líderes. Em Angola, isso significa ultrapassar clivagens étnicas, regionais e partidárias para consolidar um sentimento de pertença comum. José Eduardo Agualusa (2018) lembra que as nações também se constroem por narrativas – histórias partilhadas que dão coesão e sentido à vida colectiva. Esse capital simbólico, contudo, só se edifica por meio de práticas políticas consistentes, transparentes e orientadas para o bem comum.

Slavoj Žižek (2008) adverte que as elites contemporâneas podem cair na armadilha de se tornarem meras *gestoras da crise*, administrando sintomas sem atacar causas estruturais. Para evitar essa armadilha, é necessário que a visão nacional vá além da gestão conjuntural e se traduza num pacto de longo prazo com três pilares:

- **Prospectiva estratégica:** formular políticas com horizonte de décadas, ancoradas em diagnósticos rigorosos e ajustadas à realidade nacional;
- **Compromisso social:** garantir que o crescimento económico se converta em melhoria efectiva das condições de vida, reduzindo desigualdades;

- **Legitimação democrática:** fortalecer mecanismos de participação, transparência e prestação de contas, ampliando a confiança da população nas lideranças.

Em síntese, a responsabilidade histórica das elites angolanas não é um enunciado abstracto, mas um compromisso operativo que conjuga memória histórica, diagnóstico realista e acção transformadora. A articulação entre elites, classe média emergente e juventude – tal como discutido nos capítulos 3 e 4 – é condição essencial para que Angola construa um projecto de desenvolvimento inclusivo, coeso e duradouro, capaz de resistir a choques externos e de responder às expectativas internas de justiça social e prosperidade partilhada.

5.2 - Redes de Influência, Mérito e Compromisso com o Bem Comum

1. **Valorizar o mérito** como critério central de acesso e progressão nas funções;
2. **Institucionalizar a transparência** nos processos de decisão e na distribuição de recursos;
3. **Reorientar as redes** para a promoção de iniciativas colectivas com impacto social mensurável.

A solidez das elites angolanas, e a sua capacidade de liderar transformações estruturais, dependerá do equilíbrio entre o uso estratégico das redes e a preservação de princípios que garantam justiça, inclusão e progresso comum.

5.3 - Caminhos para lideranças económicas e políticas com impacto social

Construir lideranças económicas e políticas capazes de gerar impacto social duradouro implica ultrapassar a visão limitada do poder como mera gestão de interesses imediatos. Tal como defende Amartya Sen (1999), o desenvolvimento verdadeiro é aquele que expande as liberdades substantivas das pessoas, liberdade para viver com dignidade, para participar nas decisões que afectam a comunidade e para aceder a oportunidades económicas e culturais.

No contexto angolano, marcado por um histórico de centralização política, dependência dos recursos petrolíferos e desigualdades territoriais persistentes, o desafio das lideranças contemporâneas passa por integrar três eixos complementares: **visão estratégica, capacidade de execução e legitimidade social**. A visão estratégica exige compreender que crescimento económico não é sinónimo automático de desenvolvimento; requer políticas que articulem investimento produtivo, diversificação económica e inclusão social.

Anthony Giddens (1998) argumenta que, em sociedades em transição, a liderança transformadora é aquela que consegue simultaneamente gerir riscos e criar novas oportunidades. No caso angolano, isso significa, por exemplo, promover a industrialização de base local, apoiar cadeias de valor agrícolas e desenvolver *clusters* tecnológicos, criando empregos qualificados e reduzindo a vulnerabilidade externa.

A capacidade de execução, por sua vez, depende de competências técnicas, de planeamento e de gestão. O *Relatório de Desenvolvimento Humano* (PNUD, 2023) alerta que países com altos índices de desigualdade estrutural tendem a falhar na implementação de políticas, mesmo quando a visão é correcta, devido à ausência de mecanismos eficazes de coordenação, monitorização e avaliação. Para Angola, isso implica que a liderança com impacto social deve investir na profissionalização da administração pública, na digitalização de processos e na meritocracia no recrutamento e promoção de quadros.

A legitimidade social, terceiro pilar, não se constrói apenas através do mandato eleitoral ou da ocupação de cargos, mas pela percepção de justiça, equidade e proximidade com as necessidades da população. Boaventura de Sousa Santos (2002) defende que a “democracia de alta intensidade” exige um diálogo constante entre decisores e cidadãos, onde a escuta activa e a participação real moldam as políticas. Em Angola, este princípio traduz-se em fóruns comunitários, conselhos económicos e sociais com representação plural e mecanismos de *feedback* vinculativo.

No plano económico, lideranças comprometidas com impacto social devem promover **negócios inclusivos** modelos empresariais que integram pequenos produtores, jovens empreendedores e mulheres no ciclo produtivo, garantindo-lhes acesso a mercados e a financiamento. Estudos do African Development Bank (2021) mostram que tais modelos aumentam a resiliência económica local e reforçam o tecido produtivo.

No plano político, é necessário reforçar a **accountability** e combater a captura institucional, evitando que interesses restritos definam a agenda pública. Slavoj Žižek (2010) alerta para o risco de “mudanças simbólicas” que preservam a estrutura de poder, criando apenas a ilusão de transformação. A resposta a esse risco é investir na transparência radical, onde orçamentos, contratos públicos e indicadores de desempenho sejam integralmente acessíveis à sociedade.

Em síntese, caminhos para lideranças económicas e políticas com impacto social em Angola passam por:

1. **Integrar visão, execução e legitimidade** como pilares indissociáveis;
2. **Diversificar a economia** com sectores produtivos de base local;
3. **Institucionalizar a meritocracia** e a transparência na gestão pública;
4. **Criar plataformas de participação cidadã** com poder real de influência;
5. **Adoptar modelos de negócio inclusivos** que gerem riqueza partilhada.

O futuro de Angola dependerá, em larga medida, da capacidade das suas lideranças em romper com padrões de reprodução de privilégios e transformar o poder num instrumento de emancipação colectiva.

PARTE III

**PRIORIDADES PARA
UMA AGENDA
SOCIAL**

CAPÍTULO 6

INVESTIR NAS PESSOAS

A consolidação de um projecto nacional de desenvolvimento sustentável depende, em última instância, da capacidade de um país investir nas suas pessoas. Em Angola, onde mais de 60% da população tem menos de 25 anos (INE, 2023), esta prioridade ganha carácter estratégico: ou se transforma a energia demográfica em motor de crescimento e coesão social, ou se corre o risco de perpetuar ciclos de exclusão e instabilidade.

6.1 - Mudança de Mentalidades e Inclusão Produtiva

A **mudança de mentalidades** constitui um dos eixos mais desafiadores e, ao mesmo tempo, mais estratégicos para Angola. Não se trata apenas de transformar práticas individuais, mas de reorientar valores colectivos no sentido de reforçar a responsabilidade social, a cultura do mérito e a ética de trabalho. Como recorda Amílcar Cabral (1974), a libertação nacional não é apenas um processo político, mas também cultural. Em Angola, esse processo

traduz-se na necessidade de romper com a dependência excessiva do Estado e fomentar um espírito de iniciativa que valorize a autonomia, a criatividade e a inovação.

Neste contexto, a **inclusão produtiva** é mais do que uma política económica: é uma estratégia de transformação social. Segundo Naila Kabeer (2012), a inclusão verdadeira não significa apenas “abrir vagas”, mas remover barreiras estruturais que impedem a participação plena das pessoas na vida económica. Em Angola, essas barreiras assumem múltiplas formas: desigualdade de género, diferenças territoriais, falta de acesso a crédito ou tecnologias, e, sobretudo, uma economia ainda excessivamente dependente de sectores informais.

A mudança de mentalidades e a inclusão produtiva devem caminhar juntas em três frentes:

1. **Educação e cidadania activa:** reforçar programas que cultivem valores de solidariedade, ética pública e participação cívica. Tal como aponta Boaventura de Sousa Santos (2006), só é possível construir uma cidadania transformadora quando se supera a visão passiva do cidadão como mero beneficiário.
2. **Políticas de empregabilidade juvenil:** com mais de 60% da população com menos de 25 anos (INE, 2023), é fundamental criar programas de inserção laboral que não apenas combatam o desemprego, mas que também promovam competências adaptadas à economia digital e à diversificação produtiva.

3. Integração das mulheres em sectores estratégicos:

Inspirando-se em Ester Boserup (1970), que demonstrou o papel determinante das mulheres no aumento da produtividade em contextos de países em desenvolvimento, Angola deve reforçar políticas que garantam acesso igualitário a financiamento, formação e liderança.

Assim, a mudança de mentalidades e a inclusão produtiva não devem ser vistas como conceitos abstractos, mas como condições prévias para a mobilização do talento nacional. Investir em programas que articulem cidadania activa, empregabilidade e igualdade de género é garantir que a energia social dispersa se transforma em capacidade produtiva organizada. Em última instância, este é o caminho para criar uma sociedade angolana mais coesa, resiliente e apta a enfrentar os desafios globais do século XXI.

Quadro 4: Mudança de Mentalidades e Inclusão Produtiva em Angola

Dimensão	Estratégias Prioritárias	Impacto Esperado	Referências
Educação e cidadania activa	Introdução de programas de educação para a cidadania, ética pública e responsabilidade social. Incentivo a práticas de solidariedade e cooperação comunitária.	Formação de cidadãos mais conscientes e participativos. Fortalecimento da confiança social e institucional.	Cabral (1974); Boaventura de Sousa Santos (2006)
Empregabilidade juvenil	Expansão de programas técnico, profissionais e digitais. Criação de incentivos fiscais e programas de estágio para jovens. Políticas activas de inserção no mercado formal.	Redução do desemprego juvenil (54,3% em 2023 – INE). Maior dinamismo económico com novos sectores absorvendo mão-de-obra jovem.	INE (2023); PNUD (2021)

Inclusão das mulheres	Apoio a programas de crédito e financiamento feminino. Formação em sectores estratégicos (energia, tecnologia, gestão). Mecanismos de combate à discriminação e violência de género.	Aumento da produtividade económica. Maior igualdade de oportunidades e acesso a cargos de decisão. Expansão da autonomia económica feminina.	Boserup (1970); Kabeer (2012); ONU Mulheres (2021)
Mudança de mentalidades colectivas	Campanhas de sensibilização contra dependência excessiva do Estado. Promoção da cultura do mérito e da inovação. Valorização de práticas empreendedoras e inovadoras.	Redução da cultura assistencialista. Maior protagonismo de cidadãos como agentes do desenvolvimento. Fortalecimento da economia produtiva.	Mbembe (2016); Žižek (2008)

Fonte: Elaboração própria

A mudança de mentalidades e a inclusão produtiva devem ser vistas como condições prévias para a mobilização do talento nacional. Através de programas integrados em educação, juventude e igualdade de género, Angola pode transformar a sua demografia jovem e feminina em força produtiva estruturante, reduzindo desigualdades e promovendo coesão social.

6.2 - Formação, Cultura e Inovação Social

A formação, a cultura e a inovação social são dimensões indissociáveis quando se pensa numa agenda de investimento nas pessoas em Angola. Não se trata apenas de acumular conhecimentos técnicos ou de expandir a escolaridade formal, mas de criar condições para que esses saberes sejam convertidos em **capacidade de agir**, em criatividade aplicada e em pertença activa a uma comunidade que se reinventa constantemente.

Formação como capital humano e social

A teoria do capital humano, tal como desenvolvida por Schultz (1961) e Becker (1993), mostra que a educação é mais do que um factor de produtividade económica; é também uma forma de capacitar indivíduos para interpretar o mundo, criar redes e participar activamente na vida social. No contexto angolano, isso significa que **formação de qualidade** deve estar articulada a necessidades concretas do desenvolvimento – desde a agro-indústria às tecnologias digitais – mas igualmente ancorada em valores éticos, cidadania e consciência histórica.

Cultura como eixo de coesão e diferenciação

A cultura, neste horizonte, não é mero adorno, mas um **pilar de coesão nacional** e um instrumento de diferenciação internacional. Stuart Hall (1992) lembra que as identidades culturais são processos em construção, moldados pela história e pela globalização. Para Angola, investir na preservação e valorização da diversidade linguística, artística e

patrimonial é também construir uma base de confiança colectiva e de autoestima nacional. A cultura pode actuar como mecanismo de inclusão social, especialmente quando integra jovens e mulheres em indústrias criativas, turismo cultural e circuitos de produção artística.

Inovação social como motor de transformação

A inovação social introduz a dimensão prática de transformar problemas em soluções criativas e colectivas. Como defende Amartya Sen (1999), o desenvolvimento deve ser visto como expansão de capacidades; nesse sentido, programas de inovação social – incubadoras comunitárias, cooperativas de produção, iniciativas de economia solidária – podem gerar impacto real mesmo em contextos de recursos escassos. Mais do que importar modelos, Angola necessita de adaptar soluções às suas realidades locais, valorizando a sabedoria comunitária e as redes de solidariedade já existentes.

Formação, cultura e inovação social devem, portanto, ser entendidas como três engrenagens de um mesmo sistema: a formação amplia competências, a cultura gera pertença e identidade, e a inovação social traduz essas energias em soluções colectivas e sustentáveis. Quando articuladas, estas dimensões criam cidadãos mais preparados, comunidades mais coesas e uma sociedade mais resiliente e inovadora.

6.3 - Mobilização do talento nacional em todos os estratos

A mobilização do talento nacional é um dos eixos centrais para transformar o crescimento económico em desenvolvimento inclusivo. Em Angola, onde mais de 60% da população tem menos de 25 anos (INE, 2024), esta questão não é apenas estratégica, mas **existencial**: o futuro do país depende da capacidade de aproveitar as competências, energias e criatividade dispersas em todos os estratos sociais, territoriais e geracionais.

1. O talento como capital colectivo

Pierre Bourdieu (1986) recorda que o talento não se resume ao capital individual, mas resulta da articulação entre recursos materiais, redes sociais e reconhecimento simbólico. Em Angola, isso significa que não basta formar quadros técnicos ou universitários; é necessário criar mecanismos de valorização e integração dos talentos oriundos de comunidades rurais, de sectores informais e das novas gerações urbanas. O desafio é garantir que cada espaço social seja visto como **reservatório de capacidades** e não como margem de exclusão.

2. Estratos complementares, não concorrenciais

A mobilização do talento deve evitar a lógica de competição excludente entre elites instruídas e maiorias populares. Anthony Giddens (1998) sublinha que sociedades modernas só avançam quando diferentes estratos são integrados num mesmo projecto,

em que cada um contribui com competências específicas. Em Angola, a técnica avançada dos engenheiros formados em universidades deve dialogar com a experiência prática dos agricultores, a criatividade dos jovens empreendedores e a resiliência das mulheres no comércio informal.

3. Plataformas de reconhecimento e integração

Para transformar talentos dispersos em activos nacionais, é essencial criar **plataformas de reconhecimento e integração**. Incubadoras de negócios, centros de inovação tecnológica, programas de bolsas de estudo e conselhos comunitários podem funcionar como espaços de mediação entre diferentes estratos sociais. Naila Kabeer (2012) defende que inclusão não é apenas “dar acesso”, mas também **remover barreiras estruturais** que impedem a plena participação. No caso angolano, essas barreiras passam pela desigualdade territorial no acesso à educação, pelo custo de oportunidades formativas e pela fraca mobilidade social entre províncias.

4. Talento como recurso estratégico de soberania

Amílcar Cabral (1974) insistia que a libertação económica exigia valorizar os próprios recursos nacionais, humanos e materiais. Mobilizar o talento em todos os estratos é, portanto, uma questão de **soberania**: reduzir a dependência externa de quadros especializados, transformar conhecimento em inovação produtiva e garantir que as soluções para os problemas locais sejam desenhadas e implementadas por angolanos. Essa soberania do talento fortalece tanto a economia como a identidade nacional.

A mobilização do talento nacional em Angola deve ser entendida como política de Estado e pacto social. Implica reconhecer que o engenheiro, o agricultor, a estudante universitária, a comerciante informal e o artista popular fazem parte de um mesmo mosaico de capacidades. Só assim o talento deixa de ser privilégio de elites restritas e passa a constituir uma força nacional partilhada, capaz de sustentar um modelo de desenvolvimento inclusivo, inovador e resiliente.

Assim podemos concluir que investir nas pessoas é, em última análise, investir no futuro do país. A mudança de mentalidades, a formação e inovação social, e a mobilização do talento nacional constituem os três pilares desta estratégia. Apenas ao transformar a energia demográfica em capital humano e social sustentável Angola poderá consolidar um modelo de desenvolvimento inclusivo, enraizado na sua diversidade cultural e orientado para a competitividade global.

CAPÍTULO 7

MODELO DE TIPIFICAÇÃO SOCIAL PARA ANGOLA

7.1 - Categorias práticas para mapear realidades sociais

A construção de um modelo de tipificação social para Angola exige a criação de categorias claras, que permitam compreender a diversidade de condições de vida e orientar políticas públicas de forma segmentada. Essas categorias não devem limitar-se a faixas de rendimento, mas articular dimensões económicas, ocupacionais, geográficas e culturais, tendo como pano de fundo as particularidades históricas e estruturais do país.

1. Elites económicas e políticas

Incluem famílias e indivíduos com acesso privilegiado a recursos financeiros, activos estratégicos (terra, imóveis, empresas) e posições de poder político ou institucional. Representam uma minoria, mas exercem forte influência sobre decisões nacionais.

- **Critérios:** rendimentos muito acima da média, participação em empresas de grande porte, cargos políticos ou de direcção.
- **Função:** orientam investimentos, têm capacidade de moldar políticas e de influenciar narrativas culturais.

2. Classe média consolidada

Compreende profissionais liberais, funcionários públicos e privados com estabilidade, pequenos e médios empresários e famílias com activos acumulados (habitação formal, poupança, negócios).

- **Critérios:** rendimento estável, acesso a habitação própria, ensino superior, protecção social.
- **Função:** actua como pilar de consumo, estabilidade social e base tributária.

3. Classe média vulnerável ou flutuante

Segmento em ascensão, mas ainda exposto a choques económicos, desemprego e inflação. Muitas vezes depende de uma única fonte de rendimento.

- **Critérios:** rendimentos médios baixos, acesso limitado a activos, forte dependência de políticas públicas.

- **Função:** indicador da fragilidade social; pode ascender à classe média consolidada ou regredir para condições de vulnerabilidade.

4. Trabalhadores urbanos de baixa renda

Incluem trabalhadores do sector formal mal remunerado (indústria, serviços, construção civil) e com baixa acumulação de activos.

- **Critérios:** rendimentos abaixo da média, pouca poupança, acesso parcial a serviços públicos.
- **Função:** sustentam sectores de base da economia, mas apresentam mobilidade limitada.

5. Trabalhadores urbanos informais

Grande contingente de vendedores ambulantes, mototaxistas, pequenos prestadores de serviços e actividades de subsistência urbana.

- **Critérios:** rendimentos irregulares, ausência de protecção social, forte dependência de redes familiares e comunitárias.
- **Função:** absorvem o desemprego, mas perpetuam vulnerabilidades estruturais.

6. Juventude *NEET* (nem estuda nem trabalha)

Jovens entre 15 e 29 anos fora do sistema educativo e laboral, altamente vulneráveis à exclusão social.

- **Critérios:** ausência de inserção em escola ou emprego formal, baixa experiência profissional.
- **Função:** segmento estratégico para políticas de formação, emprego e inovação.

7. População rural de subsistência

Famílias dedicadas à agricultura de autoconsumo, pecuária de pequena escala e actividades informais, com acesso precário a serviços básicos.

- **Critérios:** rendimentos não monetários, baixa produtividade, infra-estruturas deficientes.
- **Função:** garante segurança alimentar básica, mas vive sob forte vulnerabilidade multidimensional.

8. População rural integrada a mercados

Produtores agrícolas ou pecuários com alguma inserção em cadeias de valor, acesso a feiras locais e uso limitado de tecnologias.

- **Critérios:** rendimento modesto mas diversificado, acesso a transporte e mercados, alguma mecanização.

- **Função:** potencial de crescimento produtivo, fundamental para a diversificação económica.

9. Famílias chefiadas por mulheres

Podem situar-se em diferentes estratos, mas enfrentam desvantagens adicionais devido à desigualdade de género e à dupla carga de trabalho.

- **Critérios:** chefia feminina com dependentes, acesso desigual a oportunidades.
- **Função:** prioridade para políticas de igualdade de género e protecção social.

10. Deslocados internos e populações periféricas

Famílias afectadas por conflitos, desastres climáticos ou deslocações forçadas para áreas periurbanas.

- **Critérios:** perda de activos, habitação precária, ausência de documentação civil, exclusão de redes produtivas.
- **Função:** segmento de alta vulnerabilidade, que requer intervenção humanitária e integração social.

7.2 - Uso do modelo na formulação de políticas públicas

A tipificação social apresentada no ponto anterior só ganha plena utilidade quando se transforma em ferramenta de planeamento. A sua aplicação prática permite que o Estado, as empresas e a sociedade civil consigam diferenciar políticas e programas de acordo com as necessidades de cada grupo, evitando abordagens generalistas que pouco impacto produzem.

1. Elites económicas e políticas

- **Políticas aplicáveis:** mecanismos de regulação e transparência, tributação progressiva e promoção de responsabilidade social corporativa.

Exemplo: exigir maior contribuição das elites económicas para fundos de inovação, educação e inclusão produtiva.

2. Classe média consolidada

- **Políticas aplicáveis:** incentivos fiscais para investimento em PME, crédito habitacional e acesso a serviços de qualidade.

Exemplo: programas de financiamento estudantil e estímulo ao empreendedorismo formal.

3. Classe média vulnerável/flutuante

- **Políticas aplicáveis:** subsídios direccionados, programas de apoio à empregabilidade, seguros básicos de saúde e mecanismos de poupança protegida.

Exemplo: criação de **fundos anti-choque** que protejam rendimentos durante crises económicas ou sanitárias.

4. Trabalhadores urbanos de baixa renda

- **Políticas aplicáveis:** salário mínimo actualizado, formação técnico-profissional e acesso a habitação social.

Exemplo: programas de reconversão profissional para sectores de maior valor agregado.

5. Trabalhadores urbanos informais

- **Políticas aplicáveis:** formalização simplificada de pequenos negócios, microcrédito e protecção social mínima.

Exemplo: implementação de plataformas digitais para registo de microempreendedores com benefícios fiscais.

6. Juventude *NEET*

- **Políticas aplicáveis:** programas integrados de educação técnico-profissional, estágios remunerados e empreendedorismo juvenil.

Exemplo: criação de centros de formação regionalizados para jovens fora do sistema escolar.

7. População rural de subsistência

- **Políticas aplicáveis:** mecanização agrícola, crédito rural, cooperativismo e infra-estruturas básicas (estradas, energia, água).
- **Exemplo:** subsídios agrícolas e políticas de acesso garantido a mercados locais.

8. População rural integrada a mercados

- **Políticas aplicáveis:** apoio técnico, crédito agrícola, ligação a cadeias de valor regionais e exportação.

Exemplo: programas de certificação e exportação de produtos locais (café, mel, hortícolas).

9. Famílias chefiadas por mulheres

- **Políticas aplicáveis:** programas de igualdade de género, acesso a microcrédito diferenciado, creches comunitárias.

Exemplo: linhas de financiamento específicas para mulheres empreendedoras rurais e urbanas.

10. Deslocados internos e populações periféricas

- **Políticas aplicáveis:** programas de reassentamento digno, emissão de documentação civil e integração em programas de habitação e emprego.
- **Exemplo:** prioridade em programas sociais (água, energia, educação) para comunidades deslocadas.

O uso do modelo de tipificação social permite que políticas públicas deixem de ser uniformes e passem a ser estratégicas e direccionadas, respondendo às necessidades reais dos diferentes grupos sociais. Isso cria um Estado mais eficiente e uma sociedade mais inclusiva, ao mesmo tempo que maximiza o impacto dos investimentos sociais.

7.3 - Exemplo de aplicação com dados disponíveis: como preencher o modelo de Tipificação Social e transformá-lo num instrumento operativo

A utilidade de um modelo de tipificação social reside não apenas na sua formulação teórica, mas na sua capacidade de gerar diagnósticos operativos e orientar decisões políticas concretas. Nesta secção, propõe-se um exemplo de aplicação com base em dados estatísticos reais disponíveis em Angola, com o objectivo de demonstrar como o modelo pode ser preenchido, interpretado e operacionalizado.

1. Selecção de indicadores e fontes estatísticas

O objectivo dessa abordagem nesta subsecção é construir a fundação empírica do modelo de tipificação social, definindo os indicadores relevantes e validando as fontes disponíveis – especificamente INE Angola, PNUD, Banco Mundial e outros organismos reconhecidos.

Assim, Para preencher as dez categorias propostas no modelo, seleccionaram-se variáveis-chave extraídas das seguintes fontes:

1.1. Instituto Nacional de Estatística (INE Angola)

- Disponibiliza dados públicos sobre indicadores sociais, económicos, demográficos e sectoriais. Exemplo: Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (2023 – 2024) (INE, 2023 – 2024).
- Inquérito de Literacia Financeira (2022): literacia financeira estimada em torno de 25%, com variações provinciais (Luanda 28,8%, Cunene e Moxico cerca de 16%) (INE, 2023–2024).

1.2. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

- Angola classifica-se em desenvolvimento humano médio, ocupando a 148.^a posição em 2025, com indicadores de educação, esperança de vida e padrão de vida acima da média da África Subsaariana (PNUD, 2022).

- Relatórios anteriores (2021/2022) oferecem dados metodológicos e históricos fundamentais (PNUD, 2022).

1.3. Banco Mundial

- PIB *per capita* nominal (2024) em cerca de USD 2 122,1, conforme os dados mais recentes (Banco Mundial, s.d.).
- Valores constantes (2010 USD) mostram ligeiro crescimento para cerca de USD 2 365 em 2024, indicando estabilidade nos níveis de rendimento médio(FRED,s.d.).

1.4. Outras Fontes Complementares

- **Províncias por IDH (2021):** Luanda (~0,702), Cabinda (~0,681), Zaire (~0,615), e média nacional de cerca de 0,588 (Wikipedia, 2022).
- **Economia Geral (dados complementares):** PIB nominal total estimado em USD 93,8 mil milhões (2023), renda per capita nominal USD 2 432 (2023) ou estimativa de USD 2 884 (2025) 588 (Wikipedia, 2022)
- **Pobreza multidimensional:** Em 2018, cerca de 51,2 % dos angolanos viviam em pobreza multidimensional (88,2 % nas zonas rurais; 29,9 % nas urbanas) (INE & PNUD, s.d.).

Quadro 5: Quadro dos Indicadores Seleccionados por Dimensão

Dimensão	Indicadores (Fontes)
Rendimento	• PIB <i>per capita</i> nominal (USD 2 122,1 em 2024) – Banco Mundial (Banco Mundial, s.d.). • PIB per capita constante (USD 2 365 em 2024) – Banco Mundial/FRED
Desigualdade e Pobreza	• Pobreza multidimensional: 51,2 % das pessoas (2018) – INE/PNUD/OPHI (PNUD, 2025)
Desenvolvimento Humano	• Angola ocupa o 148.º lugar (IDH médio) – PNUD (2025) • IDH provincial (Luanda 0,702; média nacional 0,588) – INE/PNUD (Wikipedia, 2024).
Educação e Literacia	• Literacia financeira: cerca de 25 % (idade 15+) – INE/BNA (2022) e Mbinza (2023) • Adult literacy geral: ~70 % (UNESCO estimativa 2011– 2015) (Wikipedia, 2025)
Estrutura da Economia	• PIB nominal total (USD 93,8 bilhões em 2023) – dados macroeconómicos (Wikipedia, 2024).

Fonte: Elaboração própria

Justificação da Escolha dos Indicadores

- **Rendimento:** O PIB per capita reflete o padrão de rendimento médio nacional, servindo de referência para tipificar as categorias socioeconómicas (ex: elites *versus* classes populares).
- **Pobreza:** O índice de pobreza multidimensional oferece uma visão mais ampla do bem-estar e vulnerabilidade para além da renda monetária.
- **IDH:** Permite relacionar desenvolvimento humano com os estratos sociais previstos, reflectindo desigualdades territoriais e provinciais.
- **Alfabetização e Literacia Financeira:** Esses indicadores apontam para formas de capital cultural, essencial para medir capacidade de autonomia e inclusão social.
- **Contexto Económico Geral:** Compreensão macro (PIB, estrutura do sector) contextualiza as possibilidades de mobilidade e inserção produtiva.

Com base em fontes fidedignas – INE Angola, PNUD, Banco Mundial e outros organismos reconhecidos, esta subsecção define os indicadores fundamentais para operacionalizar o modelo de tipificação social. Os dados são seleccionados com rigor, cobrindo dimensões estruturais e permitindo que, na subsecção seguinte (7.3.2), possamos construir um quadro com valores reais e interligá-los às categorias sociais delineadas anteriormente.

2. Quadro 6: Modelo com indicadores estatísticos reais aplicados às categorias sociais

O quadro abaixo apresenta uma **sistematização das dez categorias sociais**, preenchidas com dados reais e actualizados, extraídos das fontes oficiais mencionadas (INE, Banco Mundial, PNUD, ONU Mulheres, entre outras).

Categoria Social	Rendimento Médio Estimado (mensal)	Escolaridade Média	Situação Laboral Predominante	Acesso à Protecção Social	Notas Estratégicas
1. Elites económicas e políticas	>2.000.000 Kz ($\approx$ USD 2.400) ¹	Pós-graduação ou superior completo	Alta gestão, cargos políticos, empresários	Total	Alto capital económico, político e cultural. Influência sobre a formulação de políticas públicas.
2. Classe média consolidada	800.000 – 2.000.000 Kz ²	Ensino superior / técnico médio	Profissionais liberais, gestores, empresários PME	Elevado	Base fiscal e pilar de estabilidade económica e institucional

¹ Estimativa baseada no rendimento da elite política/empresarial urbana (Banca, Petróleo, Topo do funcionalismo). Fonte: Banco Mundial, INE, dados setoriais não sistematizados.

² Estimativa baseada em escalões salariais da função pública superior e sector privado formal. Fonte: PNUD, INE.

Categoria Social	Rendimento Médio Estimado (mensal)	Escolaridade Média	Situação Laboral Pre-dominante	Acesso à Protecção Social	Notas Estratégicas
3. Classe média vulnerável / flutuante	250.000 – 800.000 Kz ³	Ensino médio completo	Funcionários intermédios, pequenos empreendedores	Parcial	Exposta a choques económicos. Mobilidade social ascendente ou descendente.
4. Trabalhadores urbanos de baixa renda	100.000 – 250.000 Kz ⁴	Ensino básico ou médio incompleto	Trabalhadores formais mal Remunerados (serviços, construção)	Fraca	Sustentam sectores essenciais, mas com baixa valorização social.

³ Estimativa baseada em escalões salariais da função pública superior e sector privado formal. Fonte: PNUD, INE.

⁴ Rendimento médio nacional calculado a partir do PIB per capita ~USD 2.122 /mês (Banco Mundial, 2024), com grande variação por província e estrato.

Categoria Social	Rendimento Médio Estimado (mensal)	Escolaridade Média	Situação Laboral Predominante	Acesso à Protecção Social	Notas Estratégicas
5. Trabalhadores urbanos informais	80.000 – 200.000 Kz ⁵	Ensino básico incompleto	Informalidade urbana (zunga, mototaxistas, serviços manuais)	Nenhuma	Representam grande parte da força activa urbana não formalizada.
6. Juventude NEET	Sem rendimento fixo ⁶	Médio incompleto / completo	Fora do sistema laboral e educativo	Nenhuma	Segmento estratégico, com risco elevado de exclusão e captação por redes ilícitas.

5 Estimativas do salário mínimo formal (~32.000 Kz) até 200.000 Kz/mês em sectores de base. Fonte: INE.

6 Estimativas do salário mínimo formal (~32.000 Kz) até 200.000 Kz/mês em sectores de base. Fonte: INE.

Categoria Social	Rendimento Médio Estimado (mensal)	Escolaridade Média	Situação Laboral Pre-dominante	Acesso à Protecção Social	Notas Estratégicas
7. Populaçã o rural de subsis-tência	Rendimento não monetário/ < 100.000 Kz ⁷	Ensino básico incompleto / analfabetismo	Agricultura de sobrevivên-cia, pecuária artesanal	Nenhuma	Vulnerabili dade extrema e baixa integra-ção económica.
8. População rural integrada a mercados	100.000 – 200.000 Kz ⁸	Ensino básico completo/ técnico rudi-mentar	Agricultura familiar com acesso a feiras e mercados locais	Fraca	Potencial de crescimento produtivo com apoio técnico e logístico.

7 Estimativas do salário mínimo formal (~32.000 Kz) até 200.000 Kz/mês em sectores de base. Fonte: INE.

8 Estimativas do salário mínimo formal (~32.000 Kz) até 200.000 Kz/mês em sectores de base. Fonte: INE.

Categoria Social	Rendimento Médio Estimado (mensal)	Escolaridade Média	Situação Laboral Predominante	Acesso à Protecção Social	Notas Estratégicas
9. Famílias chefiadas por mulheres	Variável (predominante mente baixa) ⁹	Médio incompleto / completo	Actividades informais ou subemprego	Fraca ou nenhuma	Enfrentam dupla vulnerabilidade de: género e pobreza. Prioridade para políticas integradas.
10. Deslocados internos e periféricos	Sem rendimento fixo ¹⁰	Ensino básico incompleto ou analfabetismo	Ocupações precárias ou inactividade forçada	Nenhuma	Altíssima vulnerabilidade de social, económica e legal. Requerem resposta humanitária e estrutural.

Fonte: Elaboração própria

O quadro revela uma profunda desigualdade estrutural, onde a renda, a escolaridade e a protecção social distribuem-se de forma altamente desigual. A transição de um grupo para outro está condicionada por barreiras históricas e institucionais, especialmente nas classes populares e periféricas.

9 Estimativa com base na pobreza multidimensional rural (88,2% de pobres multidimensionais nas zonas rurais – INE/PNUD 2018).

10 Pequenos agricultores integrados a mercados locais ou em cooperativas. Dados dispersos; confirmados por missões FAO e relatórios do MINAGRIP. Estimativas baseadas em dados do PNUD e OCHA sobre deslocados internos e famílias sem documentação civil (2017–2022).

A juventude *NEET* e as famílias chefiadas por mulheres emergem como grupos prioritários para políticas transversais de educação, trabalho, crédito e protecção social. Já os trabalhadores informais e as populações rurais revelam níveis de informalidade e exclusão persistentes, que comprometem a eficácia de políticas universais mal direccionadas.

3. Interpretação dos resultados à luz da teoria social

O quadro preenchido com dados estatísticos reais revela uma sociedade angolana fortemente estratificada, com profundas assimetrias no acesso a recursos, oportunidades e reconhecimento social. A análise teórica destes dados permite compreender não apenas os efeitos, mas sobretudo as causas estruturais da desigualdade social em Angola. Para isso, convocamos autores-chave da sociologia contemporânea, com ênfase especial na tradição crítica.

1. A reprodução das desigualdades e o capital em suas formas múltiplas (Bourdieu)

Pierre Bourdieu (1986) propôs que a sociedade se organiza em torno de diferentes formas de **capital** — económico, cultural, social e simbólico — e que o **acesso desigual a esses capitais** determina as posições ocupadas pelos indivíduos nos espaços sociais.

Aplicando esta teoria ao caso angolano:

- **O capital económico** está concentrado nas **elites políticas e económicas**, que detêm acesso privilegiado a cargos públicos, empresas estratégicas e fluxos de investimento. Esse capital é protegido e reproduzido através de **redes políticas, familiares e institucionais**.
- **O capital cultural**, que envolve a escolaridade, domínio de línguas, comportamentos e códigos valorizados, está amplamente ausente nos estratos populares, especialmente entre os **trabalhadores informais**, a **população rural de subsistência** e os **deslocados internos**.
- **O capital simbólico**, ou o reconhecimento social, está restrito às camadas instruídas, às profissões regulamentadas e às actividades associadas à modernidade urbana. Os sectores populares, ainda que produtivos, não são socialmente valorizados.

A estrutura de classes angolana é rigidamente marcada pela herança colonial, pelo patrimonialismo e pela ausência de mecanismos de redistribuição efectiva de capitais. A mobilidade é, por conseguinte, limitada e o mérito tende a ser substituído por laços pessoais ou fidelidade política.

2. A subcidadania estrutural e o “ralé social” (Jessé Souza)

Jessé Souza (2009; 2017) cunhou o conceito de ralé estrutural para designar uma camada social numerosa, produtiva, mas sistematicamente excluída do reconhecimento institucional. Em Angola, esta lógica é visível:

Trabalhadores urbanos informais, juventude *NEET* e população rural de subsistência vivem numa espécie de invisibilidade cívica. Ainda que garantam a sobrevivência de sectores fundamentais (zunga, transportes, agricultura de base), são vistos como problema e não como sujeitos de direitos.

Não têm acesso à educação de qualidade, à protecção social nem ao crédito produtivo, o que os aprisiona num ciclo de sobrevivência sem perspectivas.

Souza argumenta que a ausência de políticas direccionadas produz uma naturalização da exclusão, como se essas populações fossem incapazes de ascender socialmente. Em Angola, essa visão está presente no próprio discurso dominante, que associa pobreza à indisciplina ou à falta de esforço individual, e não a causas estruturais.

3. As barreiras à cidadania substantiva (Boaventura de Sousa Santos)

Boaventura de Sousa Santos (2002; 2006) propõe que o verdadeiro exercício da cidadania implica acesso efectivo a direitos económicos, sociais e culturais. Em sociedades periféricas como Angola, existe uma **“cidadania regulada” para as elites e uma “cidadania residual” para as massas.**

Os dados revelam:

- Um fosso entre a norma e a realidade: embora a Constituição garanta igualdade de direitos, os diferentes grupos têm experiências sociais radicalmente distintas.
- Populações periféricas, deslocados, chefes de família do sexo feminino, camponeses e trabalhadores informais vivem à margem da cidadania substantiva.

Boaventura aponta para a urgência de reconhecer as epistemologias e saberes populares, integrando-os nas políticas públicas. Em Angola, isso significa valorizar os actores locais como agentes activos de desenvolvimento e não apenas como beneficiários passivos de assistência estatal.

4. A luta simbólica e o reconhecimento negado (Axel Honneth)

Honneth (1996) argumenta que as lutas sociais contemporâneas são, em grande medida, **lutas por reconhecimento**. O não reconhecimento — ou o reconhecimento parcial — **produz feridas identitárias**, ressentimentos colectivos e conflitos latentes.

No contexto angolano:

- Os jovens desempregados, as mulheres chefes de família, os deslocados e as populações rurais carregam marcas de desvalorização social crónica.
- A exclusão não se dá apenas pelo rendimento, mas também pela falta de voz, representação e respeito simbólico.

O modelo de tipificação social mostra que o reconhecimento é distribuído de forma altamente selectiva, o que corrói a coesão social e mina a legitimidade do Estado.

5. O bloqueio da mobilidade social e a desigualdade de oportunidades (Amartya Sen)

Sen (1999) define desenvolvimento como **expansão de liberdades reais**. A pobreza, segundo ele, deve ser compreendida como **privação de capacidades**: de se educar, de participar, de produzir e de viver com dignidade.

Em Angola:

- A juventude *NEET* e as classes médias vulneráveis encontram-se bloqueadas por barreiras invisíveis, como o custo do ensino superior, a ausência de estágios, o nepotismo e o colapso de políticas públicas activas.
- A ausência de investimento em capacidades reais impede a mobilidade ascendente e perpetua a desigualdade intergeracional.

A leitura crítica dos dados com base em autores como Bourdieu, Jessé Souza, Boaventura, Honneth e Sen revela que as desigualdades sociais em Angola não decorrem apenas da escassez de recursos, mas sobretudo da forma como esses recursos são distribuídos, simbolizados e reproduzidos.

O modelo de tipificação social evidencia que:

- A reprodução social desigual é estrutural e institucionalmente sustentada;
- Há grupos silenciados ou invisibilizados nas estatísticas e políticas públicas;
- A mobilidade social é residual, selectiva e frequentemente dependente de capital relacional ou político;
- As políticas universais são ineficazes se ignorarem as especificidades de cada categoria social.

6. Transformar o modelo em instrumento operativo

A utilidade máxima de um modelo de tipificação social reside na sua **capacidade de orientar políticas públicas eficazes e inclusivas**. A transformação do modelo proposto em **instrumento operativo** implica dotá-lo de aplicabilidade real — nos sectores da governação, na formulação de programas, na distribuição de recursos e na avaliação de impacto.

Nesta subsecção, mostraremos como o modelo pode ser institucionalizado, operacionalizado e utilizado estrategicamente, tendo como horizonte a redução das desigualdades e a promoção da justiça social em Angola.

1. Planeamento de Políticas Públicas Diferenciadas

A partir da tipificação, é possível segmentar a população com base em condições sociais objectivas e necessidades específicas, evitando políticas uniformes que acabam por beneficiar apenas os grupos que já estão em melhor situação.

Categoria Social	Políticas Diferenciadas
Elites económicas e políticas	Regulação fiscal, compliance e responsabilidade social empresarial
Classe média consolidada	Estímulo ao investimento, crédito para PME, financiamento ao ensino superior
Classe média vulnerável	Políticas anti-choque (seguro de rendimento, poupança protegida)
Trabalhadores urbanos formais	Formação contínua, aumento do salário mínimo, acesso à habitação social
Trabalhadores informais	Formalização simplificada, microcrédito, protecção mínima
Juventude <i>NEET</i>	Programas integrados de formação técnica, estágios e empreendedorismo jovem

Categoria Social	Políticas Diferenciadas
População rural de subsistência	Infra-estruturas básicas, mecanização agrícola, assistência técnica
População rural integrada	Apoio técnico, ligação a cadeias de valor, programas de certificação
Famílias chefiadas por mulheres	Crédito orientado, creches públicas, capacitação em liderança
Deslocados/periféricos	Reassentamento digno, documentação civil, prioridade em programas sociais

Fonte: Elaboração própria

Impacto esperado: maior eficiência na alocação de recursos, redução das desigualdades territoriais e fortalecimento do vínculo entre Estado e sociedade.

2. Construção de Plataformas de Acompanhamento e Monitoria

Com o modelo, torna-se possível criar dashboards sociais por categoria e por província, com indicadores periódicos de:

- Rendimento
- Escolaridade
- Inserção laboral
- Acesso a serviços públicos
- Participação cívica e política

Por exemplo, pode-se monitorar trimestralmente a evolução do rendimento médio das famílias chefiadas por mulheres nas províncias do Bié e do Cuanza Sul, ou o número de jovens *NEET* integrados em programas de formação no Huambo.

Esse instrumento pode ser gerido por uma unidade técnica interministerial, ligada ao Ministério da Acção Social, INE e Observatórios Sociais Universitários.

3. Aplicações em Níveis Distintos da Governação

O modelo pode ser adoptado em diferentes níveis do Estado:

- **Nacional:** definição de grandes eixos de políticas públicas e orçamentos sociais.
- **Provincial e Municipal:** identificação das categorias predominantes em cada território, com planos de acção locais.
- **Comunitário:** articulação com associações locais, ONGs, cooperativas e conselhos de bairro.

Exemplo: num município com forte presença da classe média flutuante e juventude *NEET*, as prioridades podem ser formação técnica e incubadoras de negócios locais.

4. Produção de Mapas Sociais e Geo-Referência de Vulnerabilidades

O cruzamento dos dados do modelo com SIG (Sistemas de Informação Geográfica) permite produzir mapas sociais de Angola com:

- Distribuição geográfica das categorias sociais;
- Zonas com maior exclusão social;
- Territórios prioritários para intervenção.

Estes mapas facilitam a visualização estratégica e o planeamento territorial orientado para a equidade.

5. Apoio à Tomada de Decisão Política Baseada em Evidência

Ao fornecer diagnósticos objectivos e categorizações precisas, o modelo serve como instrumento de apoio técnico à decisão política. Pode ser utilizado para:

- Elaborar leis mais eficazes (ex: Estatuto da Mulher Rural, Lei de Incentivo ao 1.º Emprego Jovem);
- Estruturar planos de desenvolvimento nacional ou provincial;
- Justificar orçamentos participativos e fundos sociais.

A categoria dos deslocados internos e periféricos, por exemplo, pode fundamentar uma lei de integração urbana com base em dados concretos de exclusão e invisibilidade civil.

6. Integração em Programas de Pesquisa Académica e Avaliação de Políticas

O modelo também tem potencial científico e formativo:

- Pode ser utilizado em programas de pesquisa aplicada, monografias, dissertações e teses de políticas públicas, sociologia, economia ou ciências sociais.

- Serve como referência metodológica para avaliações de impacto social por universidades, ONGs e organismos internacionais.

Transformar o modelo de tipificação social num instrumento operativo implica:

- Integrar estatísticas reais com categorias sociais vivas;
- Identificar e actuar sobre desigualdades estruturais;
- Direcção de políticas públicas com eficácia e justiça.

Criar ferramentas de monitoria e avaliação adaptadas à realidade angolana.

Em última instância, este modelo é uma plataforma de inteligência social para a governação democrática, permitindo ao Estado e à sociedade civil agir com precisão, equidade e profundidade.

6. Limites e potencialidades da aplicação

A operacionalização do modelo de tipificação social para Angola, tal como aqui proposto, representa um avanço significativo na capacidade do Estado e da sociedade civil de compreender, planear e transformar a realidade social do país. Contudo, nenhum modelo escapa a condicionamentos práticos, técnicos e políticos. Esta subsecção apresenta uma leitura realista dos limites e das potencialidades do modelo, orientando a sua aplicação com prudência e ambição.

1. Limites da Aplicação

a) Fragilidade dos sistemas estatísticos nacionais

Apesar dos progressos do INE, Angola ainda carece de:

- Dados desagregados por município, género e faixa etária em muitas áreas;
- Inquéritos actualizados com frequência e metodologias comparáveis;
- Articulação efectiva entre estatísticas e planeamento estratégico.

Isso limita a capacidade de actualizar o modelo em tempo real e de monitorar mudanças sociais com precisão.

b) Informalidade e invisibilidade social

Com mais de **60% da força de trabalho no sector informal** (PNUD, 2021), há grande dificuldade em estimar:

- Rendimento real;
- Estabilidade laboral;
- Cobertura de protecção social.

Isso significa que muitos indivíduos oscilam entre categorias ou não se encaixam claramente em nenhuma, exigindo flexibilidade interpretativa.

c) Resistência política e institucional

A segmentação social explicita assimetrias de poder e pode:

- Ameaçar interesses estabelecidos, sobretudo de elites que lucram com políticas genéricas;
- Ser vista como instrumento de denúncia e não de proposta;
- Enfrentar barreiras institucionais para sua adoção em políticas públicas estruturantes.

O modelo exige vontade política firme para ser plenamente incorporado nos processos de decisão.

2. Potencialidades da Aplicação

a) Planeamento social com inteligência

O modelo permite abandonar a lógica da “política para todos” (que tende a beneficiar os que já têm acesso), em favor de uma política estrategicamente direccionada, baseada em evidências e voltada às necessidades reais de cada grupo social.

Com ele, o Estado pode aplicar recursos de forma mais eficaz e equitativa.

b) Monitorização contínua de desigualdades

A partir da sua estrutura, é possível construir indicadores compostos por categoria, que permitam:

- Avaliar o impacto das políticas públicas;
- Identificar retrocessos e avanços sociais;
- Fazer comparações temporais e territoriais.

Isso constitui uma ferramenta para governação aberta e *accountability* social.

c) Diálogo entre Estado, academia e sociedade civil

O modelo serve como ponte entre o conhecimento científico e a acção política. Pode ser apropriado por:

- **Universidades** e centros de pesquisa, para produção de conhecimento aplicado;
- **ONGs e movimentos sociais**, como instrumento de advocacia e pressão política;
- **Órgãos de Estado**, para diagnóstico, planeamento e avaliação.

Essa integração fortalece uma **cultura de evidência**, essencial para uma democracia substantiva.

d) Fomento à coesão social e territorial

Ao reconhecer as especificidades dos grupos sociais e dos territórios, o modelo favorece:

- Políticas territorializadas;
- Redução das desigualdades interprovinciais;
- Mobilização do talento nacional em todos os estratos (Cap. 6.3).

A justiça social torna-se então um imperativo técnico, ético e geoestratégico.

Ao terminar esse capítulo 7.3 importa salientar que a aplicação do modelo de tipificação social para Angola **não é um exercício meramente acadêmico**. Trata-se de uma proposta concreta para uma **nova gramática da política social**, baseada em categorias reais, dados verificáveis e princípios de justiça redistributiva.

Seus limites estão ligados a carências estatísticas, resistência institucional e complexidade da informalidade. **Suas potencialidades**, no entanto, superam esses entraves ao oferecer uma ferramenta poderosa para:

- **Conhecer** a realidade social;
- **Agir** com precisão;
- **Transformar** desigualdades em justiça social efectiva.

Ao tornar visível o que é invisível, e ao nomear o que é ignorado, este modelo não é apenas uma ferramenta técnica: é uma declaração de compromisso com uma Angola mais justa, informada e equitativa.

PARTE IV

**RUMO A UMA
POLÍTICA PÚBLICA
SOCIALMENTE
INTELIGENTE**

CAPÍTULO 8

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

A análise aqui desenvolvida evidencia que Angola dispõe de capital humano, riqueza cultural e recursos naturais suficientes para construir um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável. No entanto, os dados demonstram que persistem assimetrias estruturais, invisibilidades sociais e deficiências institucionais que comprometem a eficácia das políticas públicas.

Diante deste diagnóstico, apresentamos recomendações com dupla orientação:

(1) Pragmática, no sentido de serem aplicáveis com os recursos e capacidades disponíveis no país; e (2) estratégica, na medida em que se alinham com os objectivos de longo prazo do Estado angolano, tal como definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023–2027), na Agenda 2063 da União Africana e nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

8.1 - Optimização de recursos existentes

A construção de uma política social eficaz e transformadora em Angola requer pragmatismo estratégico. Não se trata apenas de criar novos programas, mas de reorganizar prioridades, aproveitar melhor os recursos já disponíveis e acertar o alvo das intervenções públicas. A realidade angolana, marcada por desigualdades estruturais, demografia jovem e limitações orçamentais, exige soluções viáveis, ajustadas e sustentáveis.

Este ponto apresenta quatro linhas orientadoras para acções imediatas, baseadas na inteligência social aplicada: (i) reorientação das políticas sociais; (ii) articulação interinstitucional; (iii) activação de infra-estruturas e redes locais; (iv) reformulação de prioridades orçamentais.

1. Reorientar políticas sociais com base na tipificação

O modelo de tipificação social, proposto e exemplificado no Capítulo 7, oferece uma ferramenta concreta para substituir políticas universais pouco eficazes por intervenções direccionadas, contextualizadas e mensuráveis. A experiência angolana mostra que a generalização dos programas leva frequentemente à subcobertura dos mais vulneráveis e à sobreposição de apoios em grupos com menor necessidade relativa.

Para inverter este quadro, propõe-se:

- **Utilizar a tipificação social como critério oficial** de elegibilidade em programas de apoio, formação, habitação, crédito e segurança alimentar;
- **Ajustar o desenho dos programas** conforme as características de cada grupo (ex: os *NEETs* requerem políticas integradas de formação, saúde mental e empreendedorismo, não apenas vagas escolares);
- **Realizar inquéritos locais rápidos**, por municípios, para actualizar a base de dados sobre as categorias identificadas (ex: chefes de família por género, trabalhadores informais com filhos em idade escolar, etc.).

Uma política social orientada por tipificação reduz o desperdício de recursos, aumenta o impacto e reforça a legitimidade do Estado junto dos grupos mais esquecidos.

2. Integrar instituições e racionalizar esforços

A fragmentação institucional continua a ser um dos maiores entraves à eficácia da política social em Angola. A ausência de coordenação entre ministérios, administrações locais, universidades, organizações religiosas e ONGs leva à duplicação de funções, competição por fundos e inconsistência metodológica.

Propõe-se:

- **Criação de Plataformas de Coordenação Interministerial**, com foco na Acção Social Territorial, integrando os Ministérios da Educação, Saúde, Juventude, Agricultura, Planeamento e Administração do Território;
- **Articulação com o INE e com universidades**, para construir sistemas partilhados de recolha e análise de dados;
- **Formalização de acordos de cooperação com ONGs, igrejas e cooperativas**, para integrar essas instituições na execução de programas sociais com funções específicas.

Quando a acção é dispersa, o impacto evapora. Quando há coordenação e racionalidade institucional, os mesmos recursos podem produzir três vezes mais resultados.

3. Potenciar infra-estruturas e redes comunitárias já existentes

O Estado angolano dispõe de milhares de escolas, postos de saúde, centros de formação, igrejas, rádios comunitárias, espaços públicos e cooperativas que operam de forma desarticulada e subutilizada. Estas estruturas podem e devem ser reconvertidas em plataformas territoriais de mobilização social e prestação de serviços públicos de base.

Sugere-se:

- Mapear as infra-estruturas disponíveis por comuna, identificando quais podem ser aproveitadas para serviços múltiplos;
- Criar Centros Comunitários Integrados, funcionando como polos de apoio à juventude, mulheres, agricultores, pequenos empreendedores e deslocados internos;
- Reforçar a acção dos líderes comunitários, agentes tradicionais e religiosos, com capacitação em cidadania, protecção social, género e desenvolvimento local.

A economia da escassez não exige cortar tudo, mas usar melhor aquilo que já existe: com inteligência, criatividade e diálogo local.

4. Rever prioridades orçamentais com foco em impacto social

Os recursos orçamentais do Estado continuam a ser dirigidos maioritariamente para sectores que, embora importantes (defesa, obras públicas, dívida), não contribuem directamente para a melhoria das condições de vida da maioria social. O desafio é reformular as prioridades do Orçamento Geral do Estado (OGE) com base numa matriz de impacto social efectivo.

Recomenda-se:

- **Avaliar todos os programas sociais em termos de custo-benefício social**, incorporando variáveis como alcance, duração, capacidade de transformação de realidades;
- **Reduzir subsídios regressivos e incentivos fiscais que favorecem elites improdutivas**, canalizando esses recursos para:
 - Formação técnica rural;
 - Habitação popular em zonas periféricas;
 - Creches comunitárias;
 - Capacitação digital de jovens *NEET*;
- **Incluir a sociedade civil e universidades** na análise crítica do orçamento social, através de relatórios públicos e fóruns participativos.

Um kwanza investido na formação de uma jovem mulher chefa de família tem mais retorno económico, social e moral do que 10 kwanzas aplicados em consultorias estrangeiras improdutivas.

Neste capítulo concluímos dizendo que o pragmatismo estratégico exige decidir com coragem e actuar com base na realidade. As propostas apresentadas demonstram que não é necessário criar novos ministérios nem inventar modelos estrangeiros para melhorar a eficácia das políticas sociais em Angola.

Basta:

- Segmentar com inteligência;
- Coordenar com eficiência;
- Aproveitar com criatividade;
- Orçamentar com justiça.

Assim se transforma uma estrutura institucional estática num verdadeiro instrumento de mobilização nacional a serviço da coesão, da equidade e do desenvolvimento social sustentável.

8.2 - Importância de Dados e Escuta Social na Concepção de Programas

Nenhuma política pública pode ser eficaz se for concebida à margem da realidade social concreta. Em Angola, um dos maiores desafios da acção estatal reside na desactualização ou ausência de dados fiáveis, e na fragilidade dos mecanismos de escuta e participação cidadã.

Este ponto reafirma que dados estatísticos de qualidade e escuta social estruturada são dois pilares indispensáveis para formular programas relevantes, eficientes e justos. Quando bem utilizados, tornam-se instrumentos de inteligência social que orientam as decisões políticas com base na realidade, e não na intuição, pressão política ou modismos internacionais.

1. Dados como infra-estrutura estratégica do desenvolvimento

Num país marcado por desigualdades territoriais, informalidade económica e juventude massiva, os dados não podem ser vistos como luxo técnico, mas como infra-estrutura essencial da governação moderna.

Sugestões de acção:

- Ampliar a frequência e abrangência dos inquéritos sociais domiciliares, com especial atenção a:
 - Juventude *NEET* (idade 15–29);

- Famílias chefiadas por mulheres;
 - Agricultura de subsistência;
 - Economia informal urbana.
- Criar painéis municipais de dados sociais, com actualizações trimestrais e supervisão de universidades ou centros regionais de pesquisa;
 - Incentivar o INE a produzir relatórios temáticos por grupo social, articulando dados desagregados por sexo, idade, localização e situação ocupacional.

O Estado só pode corrigir desigualdades quando vê claramente onde elas estão, quem as vive e como elas se perpetuam.

2. A escuta social como ferramenta de co-construção de políticas

O cidadão angolano é, historicamente, tratado como receptor passivo de políticas públicas, e não como sujeito activo de transformação. A escuta social deve deixar de ser episódica ou simbólica (limitada a auscultações formais) e passar a ser um processo contínuo e vinculante.

Propostas estratégicas:

- Instituir Conselhos de Escuta Social nos municípios, com representação de jovens, mulheres, líderes comunitários, igrejas, cooperativas e pessoas com deficiência;

- Estimular os governos locais a realizarem consultas públicas sobre prioridades orçamentais e políticas sociais;
- Criar uma Plataforma Digital Nacional de Escuta, para recolha de sugestões e denúncias, com acesso por telemóvel simples (via SMS ou WhatsApp institucional);
- Integrar observatórios locais participativos, ligados às universidades, como núcleos de monitoria social com produção de relatórios semestrais.

Escutar é reconhecer que quem vive o problema conhece parte da solução. A escuta social não é favor, é democracia substantiva.

3. Integração entre dados e vozes: uma nova gramática da política pública

Dados frios, sem escuta social, produzem programas tecnocráticos, descontextualizados e ineficazes. Já a escuta sem dados gera acções descoordenadas, populistas e improvisadas. A solução está na integração orgânica entre dados estatísticos e narrativas sociais.

Exemplos de boas práticas:

- Cruzar os dados do INE sobre juventude NEET com **relatos etnográficos** recolhidos em bairros periféricos;
- Associar indicadores de rendimento familiar com **histórias de vida** de mulheres empreendedoras em cooperativas informais;

- Construir **matrizes participativas de diagnóstico**, que combinem dados quantitativos (renda, escolaridade) com variáveis qualitativas (aspirações, percepções, obstáculos).

Tal como defendem autores como Boaventura de Sousa Santos e Amartya Sen, desenvolver é escutar e compreender para depois agir. A acção pública ganha legitimidade quando se constrói a partir das vozes do povo e é ajustada por evidências reais.

4. Produção de conhecimento local como base de soberania

Angola precisa deixar de depender exclusivamente de consultorias externas e adoptar uma política activa de produção nacional de conhecimento sobre a sua sociedade. Isso exige investimento em:

- Redes de pesquisa aplicada interinstitucionais, unindo universidades, centros de pesquisa, INE e ministérios;
- Programas de apoio à investigação de estudantes de licenciatura, mestrado e doutoramento sobre temas prioritários do desenvolvimento;
- Estímulo à produção de boletins municipais de dados sociais, em parceria com escolas do ensino técnico e centros juvenis.

Dados e escuta são formas de soberania: só governa quem conhece, só conhece quem pergunta, e só pergunta quem respeita o povo.

Portanto, a concepção de políticas públicas eficazes passa por:

- **Conhecer a sociedade real**, com instrumentos empíricos sólidos;
- **Ouvir os cidadãos reais**, em espaços permanentes de participação;
- **Cruzar as informações com escuta**, para que o planejamento seja rigoroso e ao mesmo tempo sensível às dinâmicas humanas;
- **Valorizar a ciência nacional**, como fundamento para um Estado autónomo e eficiente.

Dados sem escuta são cegos. Escuta sem dados é muda. Só quando ciência e povo dialogam é que o Estado pode agir com justiça e inteligência.

8.3 - Apostar em mudanças estruturais com base em inteligência social

O diagnóstico social angolano apresentado neste livro aponta para a urgência de **intervenções estruturantes**, e não apenas acções pontuais. A desigualdade social em Angola não é um problema accidental, mas **um produto histórico e institucional**, que exige políticas profundas, duradouras e orientadas por uma **inteligência social estratégica**.

Esta inteligência social é a capacidade de **ler a realidade com rigor, escutá-la com humildade e transformá-la com coragem política**, utilizando ferramentas como a tipificação social, os dados territoriais, os indicadores de coesão e os relatos das comunidades.

A seguir, apresentam-se três propostas estruturantes, com potencial de transformação social a médio e longo prazo.

1. Criar um sistema nacional de classificação e diagnóstico social

A implementação de um **Sistema Nacional de Classificação Social**, institucionalizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e articulado com os ministérios sociais, permitirá:

- Integrar oficialmente o modelo de tipificação social proposto no Capítulo 7 como referência para políticas públicas;

- Gerar informações sistemáticas sobre cada grupo social: distribuição por província, nível de acesso a serviços, vulnerabilidades específicas;
- Padronizar o diagnóstico social nos municípios, permitindo comparações horizontais (entre províncias) e verticais (entre classes sociais);
- Apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento provincial e municipal baseados em evidências.

Este sistema será o “cérebro social” da governação, funcionando como infra-estrutura técnica de planeamento e justiça redistributiva.

2. Instituir um relatório nacional anual sobre coesão e mobilidade social

Propõe-se a criação de um Relatório Anual de Coesão e Mobilidade Social em Angola, publicado sob a tutela conjunta do INE, do Ministério do Planeamento e do Ministério da Acção Social, com apoio da academia.

Este relatório deve incluir:

- Indicadores por categoria social: rendimento, educação, ocupação, acesso à habitação, protecção social;
- Evolução da mobilidade social vertical e horizontal;
- Comparações entre zonas urbanas, rurais e periurbanas;

- Casos exemplares de superação de desigualdades;
- Recomendação de prioridades para o ciclo orçamental seguinte.

A publicação deste relatório diante da Assembleia Nacional e dos Conselhos de Auscultação Social reforçaria o princípio de transparência e responsabilidade pública, permitindo que os cidadãos acompanhem os avanços e as lacunas.

3. Criar laboratórios de inovação social e territorial

Mudanças estruturais requerem espaços de experimentação institucional, onde novas soluções possam ser testadas em pequena escala, avaliadas e depois replicadas. Propõe-se a criação de Laboratórios de Inovação Social, com base nas universidades públicas, nos centros de formação técnico-profissional e nos governos provinciais.

Funções desses laboratórios:

- Testar projectos-piloto com jovens *NEET*, mulheres chefes de família, camponeses e populações deslocadas;
- Aplicar metodologias de co-criação, onde a população participa do desenho da solução;
- Avaliar os resultados com indicadores claros e metodologias participativas;
- Gerar conhecimento replicável e formar quadros públi-

cos com visão prática e sensível.

Tais laboratórios podem ser financiados por fundos públicos, bancos de desenvolvimento, parcerias com fundações internacionais ou responsabilidade social corporativa.

Transformar Angola exige mais do que boa vontade: exige inteligência estratégica, instituições ágeis e compromisso político com a justiça social.

Ao criar uma infraestrutura nacional de inteligência social, o Estado angolano poderá:

- **Classificar e compreender** os diferentes grupos sociais com profundidade;
- **Monitorar com transparência** os avanços e desafios da coesão nacional;
- **Experimentar com ousadia** novas políticas de inclusão, capacitação e desenvolvimento humano.

A aposta em mudanças estruturais é o único caminho para garantir que o talento nacional seja mobilizado, que as desigualdades sejam superadas, e que a democracia seja vivida com dignidade em cada bairro, comuna, aldeia ou cidade.

CAPÍTULO 9

CULTURA DE COESÃO, MOBILIDADE E ESPERANÇA

A consolidação de um projecto nacional duradouro em Angola exige mais do que crescimento económico e políticas públicas eficazes: exige uma cultura de coesão social, mobilidade estruturada e esperança colectiva. Estes três pilares não são apenas desejos normativos — são fundamentos indispensáveis para sustentar a estabilidade, o desenvolvimento e a cidadania activa num país marcado por assimetrias históricas e por uma juventude demograficamente expressiva.

9.1 - Fortalecer o sentimento de pertença nacional

O sentimento de pertença nacional não é apenas uma emoção simbólica, mas um activo estratégico para a estabilidade política, a coesão social e o desenvolvimento sustentável. Em sociedades historicamente fragmentadas como Angola — atravessadas por clivagens étnicas, linguísticas, regionais e socioeconómicas — a construção de uma identidade nacional comum é um imperativo político e cultural.

Como sublinha Stuart Hall (1992), as identidades nacionais são construções sociais continuamente negociadas através de discursos, práticas e instituições. Não existem por natureza; são historicamente produzidas. Nesse sentido, fortalecer o sentimento de pertença em Angola implica criar uma narrativa nacional inclusiva, capaz de reconhecer a pluralidade sem abdicar da unidade.

A pertença nacional fortalece-se quando:

- Os símbolos da nação: bandeira, hino, história comum, são vividos como elementos de orgulho colectivo e não como património exclusivo de um grupo dominante;
- As instituições públicas operam com imparcialidade e respeito pela diversidade territorial e cultural;
- Os benefícios do desenvolvimento são repartidos de forma equitativa, mitigando a percepção de favoritismos estruturais.

Benedict Anderson (1983) descreve a nação como uma “comunidade imaginada”. Essa imaginação política precisa de bases reais: escolas com ensino de qualidade em todas as províncias, tribunais acessíveis e confiáveis, serviços de saúde com cobertura nacional, e presença simbólica do Estado nos territórios e nas representações culturais.

A promoção da pertença também exige políticas activas de reconhecimento e valorização das línguas nacionais, da música tradicional, das danças locais, dos trajes, das festas e das manifesta-

ções culturais regionais — integrando esse mosaico naquilo que se entende como ser angolano. Boaventura de Sousa Santos (2007) defende que sem o reconhecimento da diversidade cultural, não há justiça social.

A comunicação política e institucional desempenha aqui um papel crucial. Uma linguagem pública centrada em valores comuns, justiça e inclusão é fundamental para reduzir o distanciamento entre o cidadão e o Estado. As campanhas de cidadania activa, a educação patriótica não doutrinária e os media comprometidos com o pluralismo são instrumentos decisivos.

Por fim, como lembra Anthony Giddens (1991), a confiança nas instituições modernas — “confiança sistémica” — é um dos principais motores do sentimento de pertença. Quando um cidadão vê os seus direitos protegidos, é bem atendido num hospital público, é respeitado por um agente da ordem e encontra justiça nos tribunais, não se trata apenas de funcionalidade: trata-se de criar laços duradouros com a nação.

Portanto, o fortalecimento da pertença nacional exige uma combinação entre reconhecimento simbólico, redistribuição de oportunidades, representação justa e respeito efectivo à dignidade de cada cidadão — em todas as partes do território nacional.

9.2 - Educar para responsabilidade, dignidade e mérito

Educar para a cidadania é mais do que transmitir conteúdos académicos: é formar sujeitos conscientes do seu valor, das suas responsabilidades colectivas e do papel que cada um desempenha na edificação de uma sociedade mais justa, funcional e solidária. A tríade *responsabilidade, dignidade e mérito* deve constituir o alicerce moral e político do processo educativo numa Angola que deseja vencer os seus bloqueios históricos.

A **responsabilidade** refere-se à consciência dos deveres cívicos e à internalização das consequências dos próprios actos. Num contexto onde a impunidade, o desleixo institucional e a cultura do “jeitinho” corroem o tecido social, educar para a responsabilidade significa fomentar a ética do compromisso, da pontualidade, da palavra honrada e do serviço ao bem comum. Como sublinha **Durkheim (1911)**, a educação é o mecanismo por excelência de socialização dos indivíduos para os valores sociais que garantem a coesão.

A **dignidade** é o reconhecimento inalienável do valor de cada ser humano. Ela deve ser o ponto de partida e de chegada de toda acção educativa. A escola, os media, os espaços públicos e as instituições estatais precisam comunicar permanentemente que nenhum cidadão é descartável, e que a condição socioeconómica, o local de origem ou o grau de instrução não podem anular o direito ao respeito. A pedagogia da dignidade combate humilhações

sociais e institui um novo pacto de convivência baseado na valorização do ser.

O **mérito**, por sua vez, deve ser resgatado como critério de justiça e eficiência, sem cair em meritocracias fictícias que ignoram as desigualdades de partida. A promoção do mérito deve caminhar a par da democratização de oportunidades — garantindo que o esforço individual seja recompensado, mas também que todos tenham acesso às condições mínimas para competir de forma justa. Como afirma **Michael Sandel (2020)**, o mérito sem justiça social pode tornar-se um mecanismo cruel de exclusão.

Assim, educar para responsabilidade, dignidade e mérito é transformar a cultura nacional: é substituir o facilitismo pelo esforço, a cultura de dependência pela autonomia, o cinismo pela esperança no valor do trabalho bem feito. Isso só será possível se os educadores, gestores públicos, líderes políticos e comunicadores adotarem uma postura exemplar — porque os valores são mais assimilados pelo exemplo do que pelo discurso.

Numa Angola que aspira ao desenvolvimento endógeno e sustentável, esta educação ética é condição estratégica para formar cidadãos que não esperam apenas do Estado, mas que também contribuem para ele com responsabilidade, defendem a sua dignidade e sabem que o mérito começa na superação quotidiana das adversidades.

9.3 - Comunicação pública como instrumento de alinhamento social

A comunicação pública não é apenas um canal de difusão de informações governamentais; é, acima de tudo, um espaço estratégico de mediação entre Estado e sociedade. Em contextos de modernização acelerada, como o angolano, a forma como o poder público comunica pode consolidar a confiança dos cidadãos, reforçar a coesão social e alinhar as expectativas colectivas em torno de objectivos comuns.

Jurgen Habermas (1984) enfatiza que a esfera pública deve funcionar como lugar de diálogo racional e inclusivo, onde cidadãos se reconhecem como participantes activos do destino colectivo. Se a comunicação pública se restringe à propaganda ou à manipulação, fragiliza-se a confiança social; se, pelo contrário, se funda na verdade, na clareza e na abertura ao contraditório, cria-se um ambiente de legitimidade que fortalece o pacto democrático.

Em Angola, a comunicação institucional enfrenta o desafio de transitar de um modelo unidireccional, centrado no discurso oficial, para um modelo interactivo, onde o cidadão não é apenas receptor, mas também produtor e avaliador de mensagens. Esse processo implica:

- **Transparência** na divulgação de dados e decisões governamentais;

- **Acessibilidade** das mensagens, respeitando as línguas nacionais e os diferentes níveis de literacia;
- **Inclusão** de vozes plurais, reconhecendo a diversidade cultural e regional do país;
- **Diálogo contínuo**, com canais de escuta activa e participação comunitária.

Além disso, a comunicação pública deve ser entendida como ferramenta de *mobilização social*. Campanhas sobre cidadania fiscal, igualdade de género, prevenção de doenças, combate à corrupção ou valorização da produção nacional só são eficazes se forem capazes de tocar os valores e experiências do quotidiano das populações. Isso exige uma linguagem que una tecnicidade e proximidade, números e narrativas, dados e emoções.

Outro aspecto crucial é o combate à **desinformação**. Num tempo em que as redes sociais amplificam boatos e manipulam percepções, cabe ao Estado e às instituições públicas assumir a responsabilidade de fornecer informação credível, verificar factos e promover literacia mediática. O silêncio ou a ambiguidade comunicacional não apenas fragilizam a confiança como abrem espaço para a desordem informativa.

Finalmente, é importante sublinhar que a comunicação pública deve também **inspirar esperança colectiva**. Não se trata de ocultar dificuldades ou inflacionar promessas, mas de apresentar de forma clara os problemas e, ao mesmo tempo,

oferecer caminhos, resultados alcançados e projectos em curso. A esperança nasce quando a palavra pública se mostra coerente com a acção governativa e quando os cidadãos sentem que fazem parte da narrativa nacional.

Em conclusão desse capítulo, importa referir que a construção de uma cultura de coesão, mobilidade e esperança constitui um dos pilares mais sensíveis e ao mesmo tempo mais transformadores da acção política moderna. Não basta estruturar programas económicos ou desenhar políticas públicas eficazes se, no plano simbólico e emocional, a sociedade permanecer fragmentada, desmobilizada ou descrente.

Fortalecer o sentimento de pertença nacional exige mais do que apelos patrióticos ocasionais — impõe uma pedagogia da identidade, cultivada desde a infância até à idade adulta, em todas as instâncias sociais. É nesse sentimento de pertença que se funda o compromisso cívico, a solidariedade entre regiões e gerações, e a responsabilidade partilhada pelo bem comum.

Educar para a responsabilidade, a dignidade e o mérito é tarefa transversal a todas as políticas — desde a escola até à administração pública. Trata-se de instituir uma cultura ética, onde os direitos sejam acompanhados dos deveres, onde o mérito não seja uma excepção, mas uma norma mobilizadora, e onde a dignidade humana seja o valor inegociável de todas as relações sociais.

A comunicação pública, por sua vez, deve deixar de ser um mero instrumento de propaganda e tornar-se num verdadeiro elo de confiança entre Estado e cidadão. Quando bem conduzida, ela alinha valores, motiva comportamentos colectivos, protege a verdade, e inspira esperança. Quando mal gerida, pode aprofundar a desconfiança e afastar ainda mais o povo do seu destino colectivo.

Neste capítulo, reafirma-se que a coesão não é uniformidade; que a mobilidade não é privilégio de poucos; e que a esperança não é uma ilusão, mas um capital político que se constrói com verdade, justiça e inclusão. Nenhum projecto de nação pode prosperar sem alma colectiva. E essa alma é forjada naquilo que as políticas públicas muitas vezes ignoram: o simbólico, o ético e o comunicacional.

CONCLUSÃO

Ao longo das páginas desta obra, fomos conduzidos por uma análise rigorosa e sensível sobre a classe média em Angola, não apenas como categoria económica, mas como fenómeno socio-lógico, político e cultural em constante construção. A trajectória delineada pelo autor permite compreender que a emergência e o fortalecimento da classe média no contexto angolano não podem ser avaliados apenas por indicadores de rendimento ou acesso a bens, mas exigem uma leitura mais ampla, enraizada nas dinâmicas históricas, nas estruturas sociais e nas aspirações individuais e colectivas que moldam o tecido da sociedade.

Este estudo, alicerçado numa metodologia de base documental e analítica, combinando fontes estatísticas do INE, do Banco Mundial e de organismos multilaterais com literatura académica especializada, permite-nos observar os contornos desta camada social com maior nitidez. Mais do que uma fotografia estática, a análise aqui proposta revela uma classe em movimento, marcada por contradições, potencialidades e desafios.

Num país em que os debates sobre desenvolvimento e justiça social são urgentes e complexos, entender o papel da classe média torna-se uma chave estratégica para o planeamento económico, para a estabilidade institucional e para o fortalecimento da cidadania. A classe média angolana representa simultaneamente um reflexo das conquistas obtidas e um indicador dos limites que ainda precisam ser superados.

O livro oferece, portanto, não apenas um diagnóstico, mas uma contribuição directa para o debate público e académico sobre a governação, o modelo económico e a coesão social. É um convite à reflexão profunda e ao diálogo informado. E é também, no plano simbólico, uma afirmação do lugar da sociologia como ciência aplicada ao desenvolvimento nacional.

Ao concluir esta leitura, o leitor leva consigo não apenas dados e interpretações, mas um quadro mais amplo para pensar Angola — uma Angola que se descobre e se projecta a partir das suas classes sociais, e que reconhece na classe média um actor essencial para a consolidação de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUALUSA, José Eduardo. O vendedor de passados. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

ANDRESKI, Stanislav. *Elements of Comparative Sociology*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1964.

ANNAN, Kofi. *Interventions: A life in war and peace*. Nova Iorque: Penguin Press, 2012.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AfDB). *African Economic Outlook 2021*. Abidjan: AfDB, 2021.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (BAD). *African Economic Outlook 2022*. Abidjan: BAD, 2022.

BANCO MUNDIAL. *Relatório Económico de Angola 2021*. Washington, DC: Banco Mundial, 2021.

BANCO MUNDIAL. *Relatório Económico de Angola 2022*. Washington, DC: Banco Mundial, 2022.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECKER, Gary. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BIRDSALL, Nancy. *The (Indispensable) Middle Class in Developing Countries; or, The Rich and the Rest, Not the Poor and the Rest*. Working Paper 207. Washington: Center for Global Development, 2010.

BOSERUP, Ester. The conditions of agricultural growth: The economics of agrarian change under population pressure. Londres: Allen & Unwin, 1965.

BOURDIEU, Pierre. “The Forms of Capital.” In: RICHARDSON, J. (org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-79.

CABRAL, Amílcar. *Unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

CARVALHO, Paulo de. “Angola: estrutura social da sociedade colonial.” *Revista Angolana de Sociologia*, n. 7, p. 57–69, 2011.

CARVALHO, Paulo de. *Exclusão social em Angola: o caso dos deficientes físicos de Luanda*. Luanda: Kilombelombe, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIOUF, Mamadou (org.). *História e Modernidade em África*. Dakar: CODESRIA, 2003.

DUFLO, Esther. *Poor economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2011.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

EASTERLY, William. The elusive quest for growth: Economists' adventures and misadventures in the tropics. Cambridge: MIT Press, 2001.

EASTERLY, William. *The Middle Class Consensus and Economic Development*. *Journal of Economic Growth*, v. 6, p. 317–335, 2001.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H. *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

ESTANQUE, Elísio. *A classe média: ascensão e declínio*. Coimbra: Almedina, 2012.

FERREIRA, Manuel. *Juventude e Participação Política em Angola*. Luanda: Mayamba, 2020.

FRASER, Nancy. *Escalas de justiça*. São Paulo: Boitempo, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor Angola Report 2022*. Luanda: GEM Angola, 2022.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991. GIDDENS, Anthony. *Sociology*, 2. ed. Cambridge: Polity Press, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas da População 2023*. Luanda: INE, 2023.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas Sociais e Demográficas 2022*. Luanda: INE, 2022.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas Sociais e Demográficas 2023*. Luanda: INE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Angola). Inquérito de indicadores múltiplos. Luanda: INE, 2021.

KABEER, Naila. *Reversed realities: Gender hierarchies in development thought*. Londres: Verso, 1994.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. *Critique of Black Reason*. London/New York: Verso, 2017. (PT: *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.)

MERTON, Robert K. *Teoria e Estrutura Social*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MESSIANT, Christine. *L'Angola postcolonial: entre guerre et paix*. Paris: Karthala, 2008.

NYAMNJOH, Francis B. *Africa's Media: Democracy and the Politics of Belonging*. London: Zed Books, 2005.

PARKIN, Frank. *Class Inequality and Political Order*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

PARRE, Peter. *Foundations of economic analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

PESTANA, Nelson. “Abordagem metodológica das classes sociais em Angola.” *Lucere*, n. 2, p. 55–69, 2005.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2022: Angola*. Nova Iorque: PNUD, 2022.

POPPER, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: The collapse and revival of American community. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2014.

SCHULTZ, Theodore W. Transforming traditional agriculture. Nova Haven: Yale University Press, 1964.

SCHULTZ, Theodore. *Investment in Human Capital*. The American Economic Review, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Knopf, 1999.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999. SEN, Amartya. *The Idea of Justice*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: leis e costumes / sentimentos e opiniões*. Trad. Júlia da Rosa Simões. São Paulo: Edipro, 2019.

UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População. *Country Programme Document: Angola (2023–2027)*. Nova Iorque: UNFPA, 2023.

WEBER, Max. *A política como vocação*. In: _____. *Ensaaios de Sociologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*, vols. 1–2. Brasília: Editora da UnB, 1999. WEBER, Max. *A política como vocação*. In: *Ensaaios de Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1922 [2004].

WRIGHT, Erik Olin. *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, Erik Olin. Envisioning real utopias. Londres: Verso, 2010. ŽIŽEK, Slavoj. *In Defense of Lost Causes*. London: Verso, 2008

SITES

1. Banco Mundial. (s.d.). Perfil país – Angola. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://data.worldbank.org/country/angola>.

2. CEIC–UCAN. *Relatório Económico de Angola 2019–2020*. Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola, 2021. Disponível em: Relatório PDF – Embaixada de Angola. Acesso em: 9 ago. 2025. Instituto Nacional de Estatística+14Embaixada de Angola+14Academia+14
3. Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). (s.d.). NY GDP per capita [série NYGDPPCAPKDAGO]. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://fred.stlouisfed.org/series/NYGDPPCAPKDAGO>
4. INE; MINSA; MINPLAN; ICF. *Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde de Angola, 2023–2024: Relatório de Indicadores Básicos*. Luanda; Rockville, Maryland, EUA: INE, MINSA, MINPLAN e ICF, 2024. Disponível em: PDF – INE Angola. Acesso em: 9 ago. 2025. Instituto Nacional de Estatística
5. Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023–2024). Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde de Angola (IIMS 2023–2024). Consultado em 31 de agosto de 2025, em https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_638818795475855073.
6. Instituto Nacional de Estatística (INE); Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2020). Pobreza multidimensional em Angola. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://ophi.org.uk/>

sites/default/files/2023-12/ine_2020_pobreza_angola.pdf

7. Mbinza, P. (2023, 7 de outubro). Nível de literacia financeira em Angola ronda os 25 % – INE. Forbes África Lusófona. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://forbesafricalusofona.com/nivel-de-literacia-financeira-em-angola-ronda-os-25-ine/>
8. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2022, 8 de setembro). Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis: Construir o futuro num mundo em transformação.
9. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>
10. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2025, 19 de março). INE lança consulta pública sobre pobreza multidimensional em Angola. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://www.undp.org/pt/angola/ine-lanca-consulta-publica-sobre-pobreza-multidimensional-em-angola>
11. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2025, 21 de maio). Desigualdade e inteligência artificial em destaque no novo Relatório de Desenvolvi-

mento Humano apresentado pelo PNUD. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://www.undp.org/pt/angola/news/desigualdade-e-inteligencia-artificial-em-destaque-no-novo-relatorio-de-desenvolvimento-humano-apresentado-pelo-pnud>

12. Wikipedia. (2024, 2 de maio). Lista de províncias de Angola por IDH. Consultado em 31 de agosto de 2025, em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prov%C3%A-Dncias_de_Angola_por_IDH
13. Wikipedia. (2025, 27 de agosto). Angola. Wikipedia. Consultado em 31 de agosto de 2025, em <https://en.wikipedia.org/wiki/Angola>

NOTA

[illegible]

